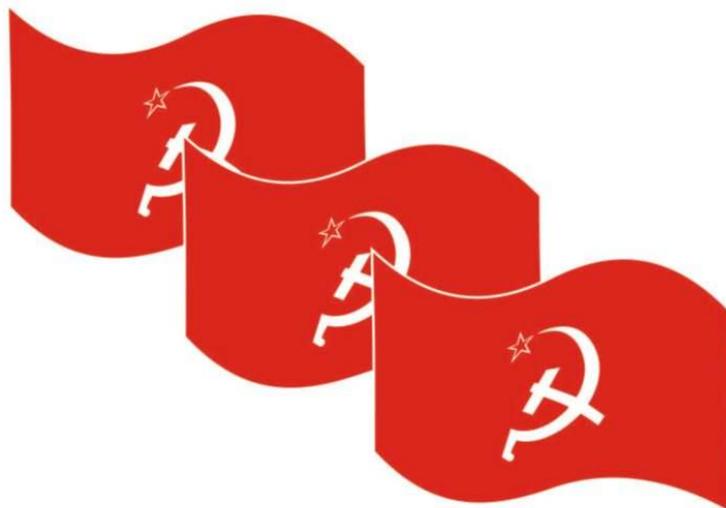


**7ª Assembleia da Organização Regional de Leiria**

**24 de Março de 2007**

# **Resolução Política**



**Organizar, Lutar,  
um PCP mais forte!**

 **PCP**

## Índice

<b>Introdução</b>	<b>4</b>
<b>1. Evolução Demográfica e Social e Estrutura Económica Regional</b>	<b>5</b>
<b>2. Evolução da Situação Económica do Distrito</b>	<b>6</b>
<b>Introdução</b>	
<b>2.1 Agricultura, Pecuária e Silvicultura</b>	<b>8</b>
<b>2.2 Pescas</b>	<b>9</b>
<b>2.3 Indústria</b>	<b>11</b>
<b>2.4 Construção Civil e Obras Públicas</b>	<b>13</b>
<b>2.5 Comércio e Distribuição</b>	<b>15</b>
<b>2.6 Turismo</b>	<b>16</b>
<b>2.7 Infra-estruturas</b>	<b>17</b>
<b>2.8. Ambiente</b>	<b>18</b>
<b>3. A situação social e a organização e luta dos trabalhadores e de outras camadas sociais</b>	<b>20</b>
<b>3.1. A Situação Social da classe operária e dos trabalhadores</b>	<b>20</b>
<b>3.2 A política de saúde</b>	<b>21</b>
<b>3.3 Educação e Ensino</b>	<b>23</b>
<b>3.4 A Luta da Classe Operária e dos Trabalhadores</b>	<b>24</b>
<b>3.5 Movimento Operário e Sindical</b>	<b>25</b>
<b>3.6. A luta dos Agricultores</b>	<b>27</b>
<b>3.7. A Juventude</b>	<b>27</b>
<b>3.8. A luta dos reformados</b>	<b>28</b>
<b>3.9. A luta das Mulheres</b>	<b>28</b>
<b>3.10. Outras camadas sociais</b>	<b>29</b>
<b>4. O Poder Local e Desenvolvimento Regional</b>	<b>29</b>
<b>5.O Movimento associativo e popular</b>	<b>32</b>
<b>6. O Partido</b>	<b>34</b>
<b>6.1. Trabalho de direcção, quadros, estilo e métodos de trabalho</b>	<b>34</b>
<b>6.2 Organização - Evolução do quadro partidário</b>	<b>36</b>

<b>6.3 A situação financeira</b>	-----	<b>36</b>
<b>6.4 A imprensa do Partido – o «Avante!» e O Militante</b>	-----	<b>37</b>
<b>6.5 A Festa do Avante!</b>	-----	<b>38</b>
<b>6.6. Medidas para o reforço do Partido</b>	-----	<b>38</b>

## Introdução

O momento em que se realiza a VII Assembleia da Organização Regional de Leiria do PCP caracteriza-se por uma profunda ofensiva promovida e desenvolvida pelo governo do PS em consonância com os interesses dos grandes grupos económicos e com o apoio do Presidente da República, do PSD e o CDS/PP, contra os direitos dos trabalhadores, das populações, dos micro pequenos e médios empresários e agricultores, a democracia política, económica, social e cultural em confronto com a Constituição da República.

As consequências desta política de classe promovida pelos sucessivos governos da política de direita cujo objectivo é a recomposição dos monopólios, através de uma acelerada concentração e centralização de capitais, tem conduzido ao agravamento do fosso entre ricos e pobres, a um ataque sem precedentes ao Estado ao seu papel e funções, degradando os serviços públicos e abrindo caminho à sua privatização.

O grande capital já não esconde o sonho de subverter e mesmo liquidar se para isso tivesse forças o regime democrático saído da Revolução do 25 de Abril.

Agravam-se os problemas sociais que assolam o distrito como: o encerramento e falência de empresas; o desemprego; os salários e os subsídios em atraso; os baixos salários em muitos sectores; as tentativas de aumento da jornada de trabalho e de criação de formas que elevem a exploração dos trabalhadores como as chamadas bolsas de horas; a fome e a miséria, o aumento exponencial do alcoolismo e da droga que são face da mesma moeda. Esta situação é consequência de uma política que tem tido protagonistas concretos ao longo de três décadas – PS, PSD e CDS-PP – que alternando-se no poder executam-na fria e calculistamente, procurando silenciar, condicionar e mesmo limitar a acção daqueles que não aceitando este estado de coisas, todos os dias estão na primeira linha da luta por uma vida melhor, por mais justiça social.

Esta luta que se impõe prosseguir e alargar a outras camadas, criando-se uma vasta frente social que rompa com esta política e abra caminho a uma política alternativa e a uma alternativa política, exige um forte Partido Comunista, ligado à classe operária e aos trabalhadores em geral, aos intelectuais e quadros técnicos, aos agricultores, aos jovens, às mulheres e aos reformados do nosso distrito às suas aspirações e anseios.

Sob o lema, Consolidar, Avançar, Crescer – “Sim, é possível! Um PCP mais forte” o Comité Central aprovou uma Resolução Política sobre o reforço do Partido, é pois com este propósito e partindo das alterações produzidas na base sócio – económica, da experiência e das necessidades do trabalho político e partidário e da luta que aos comunistas do distrito de Leiria, cabe tomar nas suas mãos o reforço do seu Partido!

Inserindo-se nesses objectivos, a VII Assembleia da Organização Regional, que decorre sob o lema “Organizar, Lutar, um PCP mais forte”, é o momento de, reflectindo sobre as nossas deficiências e dificuldades, definir as medidas e orientações com vista a responder com êxito às exigências que a vida e a luta dos trabalhadores e da população do distrito impõem.

Mais Partido nas empresas e locais de trabalho e nas freguesias, mais participação e envolvimento dos militantes, mais intervenção e afirmação política do partido é o que a classe operária, os trabalhadores e o povo do distrito esperam e precisam do Partido Comunista Português.

## 1. Evolução Demográfica e Social e Estrutura Económica Regional

O fenómeno da crescente litoralização do país continua a reflectir-se no distrito de Leiria, embora com fortes assimetrias intra-regionais, no aumento da sua população residente que, em 2005, se estimava em 475.662 pessoas (INE), mais 3,4% da população recenseada em 2001.

Mantém-se a tendência para o declínio demográfico dos concelhos do Norte do distrito, nomeadamente dos concelhos de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande que apresentam novas perdas de população nos primeiros anos da presente década, situação que tem tendência a continuar a agravar-se com o contínuo envelhecimento da sua população e com os processos de desertificação, em resultado da estagnação e declínio das suas principais actividades produtivas.

Situação idêntica apresenta o concelho da Nazaré no qual persiste a situação verificada nos anos noventa de perda significativa da sua população. Situação nova é a do concelho de Alcobaça que desde o último recenseamento tem vindo a perder população. As recentes estimativas com referência ao ano de 2004 (Sales-index 2006) revelam a consolidação da evolução positiva dos concelhos do Bombarral e Pombal que inverteram a sua situação de declínio demográfico já nos anos noventa, aos quais se junta agora também o concelho de Óbidos com uma tendência para superar a situação de regressão dos últimos anos.

As previsões dão conta de um crescimento mais significativo da população residente, em termos absolutos, no eixo Marinha Grande- Leiria-Pombal no qual se continua a concentrar a maior parte do crescimento regional, com destaque para o concelho de Leiria. A Sul mantém-se a posição dominante do concelho de Caldas da Rainha, em termos de crescimento.

Tendo como referência o Censo de 2001, o distrito de Leiria apresenta uma taxa de envelhecimento da população (17,8%), superior à média nacional (16,4%), dado que revela a necessidade de continuar a dar uma atenção particular aos problemas sociais dos idosos.

O crescimento da população residente tem sido acompanhado por uma evolução positiva da população activa que, em 2001, se situava nos 217.925 activos. Contudo a recente evolução dá conta, particularmente pelos indicadores do emprego que esta evolução e os seus ritmos de crescimentos se poderão ter alterado de forma significativa a partir de 2003 e anos seguintes sob a influência do largo período de crise e persistente estagnação económica verificada. Em 2004 é visível uma preocupante e significativa quebra do emprego em todas as sub-regiões (Pinhal Litoral, Pinhal Interior e Oeste) que nesse ano apresentou uma quebra de cerca de 10 300 empregos (INE/Contas Regionais), revelando uma mudança de tendência na evolução anterior.

Esses indicadores confirmam que se mantém a concentração do emprego regional nos concelhos da zona do Pinhal Litoral, particularmente nos concelhos de Leiria, M. Grande e Pombal que com os concelhos de Caldas da Rainha e Alcobaça continuam a representar mais de 70% do emprego regional.

Os indicadores dos primeiros anos da presente década evidenciam as dificuldades para fixar emprego, não apenas nos concelhos do Norte do distrito, mas também nos referenciados na anterior Assembleia – Nazaré e Alcobaça –, particularmente neste último, cujas quebras verificadas nos sectores da indústria transformadora não são compensadas pelo crescimento da construção, nem do sector de serviços como acontece noutros concelhos (Sales-índice/Base de Dados 2001/2003).

As dificuldades do sector cerâmico pesam na evolução do emprego destes concelhos, tal como numa parte dos concelhos da região do Oeste.

Invertendo a situação anterior a 2001, a quebra dos activos na indústria transformadora é um traço agora comum a todos os concelhos do distrito (que se deve ter acentuado a partir da recessão de 2002/3), excepto C. Pêra, Óbidos e Peniche que mantiveram os níveis de emprego neste sector nos anos 2001/2/3 (Sales-index/2001/3).

Neste âmbito a Marinha Grande apresenta uma quebra muito significativa do emprego no sector secundário e que se tem vindo a agravar nestes últimos três anos com o encerramento de novas empresas de cristalaria.

A maioria dos concelhos apresentava nos primeiros anos da presente década (antes de 2004) uma tendência para compensar a quebra dos efectivos na indústria com o crescimento dos sectores da construção civil e obras públicas (ainda sob a influência do Euro/2004) e dos sectores de serviços e administração pública. Está, porém, por avaliar e quantificar o real impacto da crise económica a partir do seu período mais crítico.

Na definição da intervenção e acção política regional é ainda importante reter um conjunto de traços da evolução da estrutura social e económica regional, nomeadamente:

A forte presença e o continuo aumento do trabalho assalariado na região (161.076/ano 2001) e o peso significativo de um importante contingente de micro e muito pequenos empresários e trabalhadores por conta própria.

A tendência para a diminuição do universo das empresas com mais de 100 trabalhadores (104 em 2001), com o encerramento de novas unidades nestes últimos três anos.

Manutenção da tendência de evolução da estrutura do emprego por sectores já referenciada na última Assembleia Regional com a quebra dos efectivos nos sectores primário e o substancial e continuo reforço do terciário. O sector secundário referenciado como dominante ainda em 2001 perdeu peso relativo e pode ter já hoje perdido a sua posição dominante com as quebras verificadas nos primeiros anos de 2000. (Contas Regionais 2004-INE)

## **2. Evolução da Situação Económica do Distrito**

Tal como prevíamos na anterior Assembleia, caso não houvesse uma alteração radical de políticas e orientações económicas, dar-se-ia um acentuado agravamento da situação económica e social do Distrito, com particular destaque para os sectores do vidro/cristalaria, da cerâmica, do mobiliário, da construção e obras públicas e dos moldes para a injeção de plásticos, bem como da pequena agricultura e pecuária de base familiar e do pequeno comércio independente.

No período entre as duas assembleias continuou-se a sentir a situação de crise geral da economia regional, que se desenvolve de forma desigual e é ainda mais acentuadamente, no que respeita à indústria, uma economia de subcontratação. Também a indústria extractiva de rochas ornamentais assume em muitos aspectos um carácter de baixo valor acrescentado com a exportação de quantidades apreciáveis de rocha sem qualquer transformação ou com transformação incipiente.

O actual Governo do PS/Sócrates continuou, ampliou e aprofundou os factores que contribuíram para a crise cíclica e estrutural em que se encontra mergulhada a economia nacional e regional.

A obsessão com o défice público e o cumprimento das metas do Pacto de Estabilidade e Crescimento de matriz neoliberal, a redução crescente do poder de compra dos trabalhadores e do povo, a redução dos salários reais, o aumento da carga fiscal, o desinvestimento nas funções sociais do Estado, a quebra acentuada do investimento em obras públicas e os obstáculos criados ao investimento das autarquias locais são factores que têm contribuído para a retracção da economia, com graves consequências para os tecidos produtivo e social regionais.

Os efeitos desta política nefasta, que visa objectivamente criar condições para a recomposição orgânica do capital, a intensificação da sua acumulação, a expansão do mercado capitalista mundial e a concentração e centralização do capital, têm provocado o crescimento expressivo do desemprego e ao empobrecimento dos trabalhadores e do povo, como os indicadores do INE e do EUROSTAT estão a demonstrar.

O encerramento de empresas e o abandono da agricultura e da pecuária familiares, constatados na anterior Assembleia e que continuaram desde então (e se intensificaram nos dois últimos anos), o desemprego, o trabalho precário, a retoma dos caminhos da emigração e a partida de milhares de imigrantes, são expressão visível destas políticas económicas inimigas do desenvolvimento e do progresso com justiça social.

Também como prevíamos, o alargamento da União Europeia, primeiro a 25 e agora a 27, veio trazer novos factores de instabilidade e debilitar ainda mais Portugal e o Distrito no contexto da divisão internacional do trabalho, com a deslocalização crescente da produção e mesmo de meios de produção para países do alargamento, quer por multinacionais quer por capitalistas da região. Neste contexto, a persistência de factores de produção claramente desvantajosos para a economia nacional e regional – como, por exemplo, os custos energéticos – tem sido um elemento penalizante da competitividade das nossas empresas.

Particularmente vulneráveis encontram-se a cerâmica de barro branco, o vidro e os têxteis, sectores de forte implantação regional e que atravessam sérias dificuldades sem que se vislumbre da parte do Governo do PS vontade sincera de contrariar este estado de coisas, apesar de, no que respeita à cerâmica, os municípios mais afectados e o patronato. De tais conchaves nada de relevante saiu, até porque nos deparamos com um governo submisso aos interesses do grande capital nacional e internacional, às grandes potências e a Bruxelas e que não equaciona buscar soluções fora do quadro neoliberal reinante.

Com o alargamento à Bulgária e Roménia, produções agrícolas relevantes no distrito - é o caso da produção horto frutícola – vão conhecer uma concorrência acrescida nos mercados da Europa Central e do Norte, sem que se tenha vislumbrado qualquer medida preventiva para tal realidade emergente.

As políticas de direita conduzidas pelos sucessivos governos do PS e do PSD, com ou sem o CDS/PP, persistindo num modelo de desenvolvimento de baixos salários, numa especialização de fraco valor acrescentado, na subcontratação e na fraca valorização do potencial regional, por um lado, e na submissão aos interesses do grande capital e das grandes potências, por outro lado, estão a criar sérias dificuldades à economia regional, não promovem alternativas inovadoras capazes de estimular o sector produtivo, o desenvolvimento sustentado assente na promoção do trabalho qualificado e valorizado, o emprego com direitos e uma mais justa distribuição da riqueza.

**A Assembleia Regional considera que para além de um conjunto vasto de medidas sectoriais que a seguir se avançam, Portugal e o Distrito precisam de outra política que combata as causas das crises cíclicas e estruturais, apoiando convincentemente o tecido económico das micro, pequenas e médias empresas, a agricultura familiar e as pescas, combata as fragilidades nacionais, defenda o controlo dos sectores estratégicos da nossa economia e crie condições para a expansão da actividade produtiva. A política de direita fracassou, acarretando graves prejuízos para o país.**

## **2.1 Agricultura, Pecuária e Silvicultura**

Na agricultura regional continua a tendência para o declínio da actividade, patente na diminuição do número de explorações, da área cultivada, do Valor Bruto da Produção e de uma população muito envelhecida.

Situação bem visível na vastidão de terras férteis aráveis ao abandono ou subaproveitadas, na crescente diminuição da superfície agrícolas irrigável, agravada com o arrastamento dos programas de desenvolvimento de regadio e a que se vem juntando uma forte diminuição da floresta estreme, por acção também dos fogos florestais, bem como do efectivo pecuário, tanto bovino como suíno (Inquérito INE/2005).

Evolução que resulta das políticas agrícolas da União Europeia, do aprofundamento da liberalização dos mercados, dos elevados custos dos factores de produção, do domínio da comercialização (cerca de 90% de toda a produção agrícola), mas também e essencialmente das políticas agrícolas nacionais dos governos do PS, PSD e CDS-PP, quer na resposta à defesa dos interesses nacionais no processo evolutivo da agricultura no plano comunitário, quer na esfera das suas próprias competências.

A Assembleia Regional realiza-se num momento em que estão em curso um conjunto de reformas das OCM, nomeadamente da Vinha e do Vinho e das Frutas e Hortícolas, bem como o Plano de Desenvolvimento Rural (PDR) 2007/2013 que enquadra as ajudas públicas à agricultura e ao mundo rural, nomeadamente as do novo quadro comunitário.

O potencial agrícola regional e o peso dos sectores horto-frutícola, vitivinícola que continuam a ser os menos protegidos e menos apoiados pelas políticas nacionais e comunitárias, bem como de uma importante produção pecuária (principalmente suinícola, mas também de um sector de produção leiteiro) e florestal exigem uma redobrada atenção e consideração prioritária ao acompanhamento destes sectores e aos impactos na agricultura regional daqueles instrumentos.

Atenção tanto mais necessária quando se verifica para todas as grandes produções regionais uma crescente dificuldade de escoamento dos seus produtos e o esmagamento dos preços na produção. Dificuldade que no sector da produção pecuária apresenta acrescida dificuldade em cumprir a legislação ambiental e que estão a acentuar o processo de concentração em grandes explorações.

No que se refere à OCM das Frutas e Hortícolas ela não vai no sentido de reequilibrar a desfavorável distribuição das ajudas comunitárias ao rendimento e à garantia efectiva de ajudas à generalidade das frutas e legumes e no que diz respeito à OCM do vinho é necessário combater a contraditória orientação que aponta para o arranque da vinha no imediato (para as pequenas

explorações) e a prazo para liberalização do mercado a favor dos grandes produtores.

Também neste período os governos não responderam às dificuldades das Adegas Cooperativas endividadas e com atrasos significativos no pagamento aos seus sócios.

Relativamente ao P.D.Rural é preocupante desde já a sua dependência de uma gestão altamente centralizada e governamentalizada, impondo-se defender uma política de apoio prioritário às explorações familiares, ao desenvolvimento dos produtos regionais de qualidade e ao fomento de medidas de fixação dos agricultores à terra, nomeadamente com ajudas especiais que valorizem e promovam também a multifuncionalidade das explorações agrícolas familiares e não como se perspectiva, em nome da competitividade, a canalização dos apoios aos grandes projectos de investimento da grande agro-indústria e do turismo de luxo.

Muitos pequenos agricultores estão a sair da segurança social por incapacidade de pagarem as suas contribuições.

### **A Assembleia da Organização Regional considera necessário continuar a lutar por:**

- A defesa de maiores ajudas e por mais tempo aos jovens agricultores e uma mudança na política de apoios com medidas de modelação e plafonamento, canalizando mais ajudas para as pequenas e médias explorações familiares, quer no âmbito das OCM, quer do P.D. Rural 2007/2013. Decidido combate ao desligamento das ajudas à produção e defesa do direito de produzir com apoios modelados nos planos nacional, regional e sectorial para todas as culturas;

- Concluir urgentemente as obras hidráulicas em curso e lançar novas, promover novos regadios e recuperar os existentes visando a melhoria da competitividade da produção agrícola regional;

- Considerar a floresta sector de grande importância no desenvolvimento regional combatendo a actual orientação de impor aos produtores florestais e às autarquias a responsabilidade e custos da política florestal. Reforço das verbas públicas para o correcto Ordenamento Florestal e para acções integradas de Prevenção de Incêndios Florestais e de Reflorestação (prioritariamente não industrial);

- Lançamento de um programa de desendividamento das Adegas Cooperativas;

- Redução das contribuições mensais dos agricultores para a Segurança Social, por escalões, em função dos rendimentos das explorações agrícolas.

## **2.2 Pescas**

O sector das pescas regional continua a atravessar dificuldades e a viver num quadro marcado pela insegurança que se acentuou neste período com a redução dos apoios à actividade da pesca (IIIQCA) e com o agravamento dos custos dos combustíveis que tiveram reflexos muito negativos nos rendimentos de pescadores e armadores.

A continuada redução da frota regional, particularmente da frota do cerco (hoje reduzida a 15 traineiras e 350 pescadores/Peniche), indica que o sector não estabilizou e que se mantém o sentido descendente das actividades ligadas às pescas nos dois portos da região – Peniche e Nazaré. Situação que não pode ser iludida com a transferência para as lotas dos portos do distrito do movimento das embarcações que operavam na Docapesca de Lisboa, entretanto encerrada.

A Política Comum de Pescas e os respectivos quadros comunitários de apoio, negligenciando a especificidade das nossas pescas, acabaram por inviabilizar a necessária renovação e modernização da frota. Situação que se agravou com a atitude de subserviência às orientações da comunidade pelos governos nacionais e a ausência de medidas de defesa dos nossos recursos marinhos. Situação de subserviência que continua com a presente proposta de Plano Estratégico Nacional para as Pescas 2007/2013.

As opções e orientações apresentadas pelo governo do PS apontam mais no sentido de continuar a dar seguimento à política de abates e ao desenvolvimento da aquacultura do que favorecer a dinamização do sector e a renovação e modernização da frota.

Neste período agravaram-se os já baixos níveis de rendimento dos pescadores quer pela eliminação das caldeiradas (remuneração em espécie), quer pela alteração das percentagens da sua participação nos rendimentos globais da actividade, bem como as más condições de trabalho a bordo. Esta situação continua a ter reflexos muito negativos na motivação e na capacidade de atracção dos jovens para a actividade pesqueira, bem patente nas dificuldades de atrair a juventude para uma formação específica nas pescas. O acentuado envelhecimento das tripulações é um problema real que urge ultrapassar de forma a garantir a sobrevivência deste importante sector económico da actividade regional.

A pequena pesca, significativa nos portos da região, continua, pelos baixos rendimentos auferidos e pela falta de apoios, compelida pura e simplesmente à solução do abate.

No plano das infra-estruturas o grande desafio é tirar partido dos investimentos realizados, concluindo as obras de terra da 2ª Fase do Porto de Peniche e superar urgentemente a situação de impasse do reforço do Molhe Oeste.

### **A Assembleia Regional considera que a defesa e desenvolvimento das pescas regionais exige:**

- Apoio efectivo à renovação da nossa frota pesqueira. Garantia da renovação e modernização da frota do cerco, em articulação com a defesa e expansão da indústria conserveira. Apoio efectivo à pesca artesanal, como sector estratégico das pescas nacionais;

- Defesa de uma política de combustíveis que permita garantir a competitividade do sector e a defesa dos rendimentos dos trabalhadores da pesca;

- Alargamento da zona de reserva exclusiva até às 24 milhas;

- Fomento da investigação científica dirigida às pescas;

- Conclusão das obras de terra da 2ª fase do Porto de Pesca de Peniche e urgente reforço da segurança do Molhe Oeste;

- Valorização e apoio à Escola Superior de Tecnologia do Mar com o apoio financeiro necessário que permita o desenvolvimento deste importante projecto educativo regional.

### **2.3 Indústria**

A indústria transformadora, malgrado a profunda crise com que se debate em diversos sectores e a persistência de problemas estruturais, continua a ter um papel de grande destaque na economia regional, devendo ser defendida, valorizada e potenciada.

Em 2002 e 2003 pertenciam à indústria transformadora 11% das sociedades sedeadas no Distrito, 7.220 em 2002 e 6.955 em 2003, e 39% (50.404) dos trabalhadores assalariados ao seu serviço em 2003, contra 41% (52.399) em 2002, o que corresponde a uma quebra de quase 4% no número de trabalhadores ao serviço.

Os sinais preocupantes de evolução não deixaram de se fazer sentir nestes últimos anos, não só nos sectores tradicionais e que gerem mais emprego, como a cerâmica, o vidro e os têxteis, mas agora também no sector dos moldes para a indústria de plásticos, sectores profundamente dependentes de mercados externos de países da OCDE e a actuarem essencialmente em regime de subcontratação.

Os problemas com que se defronta a indústria regional estão mais agudos com a introdução do Euro, o alargamento da União Europeia a países com forte capacidade produtiva e competitiva nos sectores que constituem as nossas fileiras de especialização distrital, à política de acordos preferenciais com países terceiros e aos acordos estabelecidos no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Por outro lado, os custos da energia e dos combustíveis, nomeadamente do gás, claramente acima dos preços de fornecimento às empresas de outros países nossas concorrentes, constituem factores que agravam os custos finais de produção, introduzindo claras desvantagens competitivas. Portugal não tem uma política de defesa e modernização dos sectores produtivos.

Mantêm-se por isso os problemas já referenciados noutras assembleias anteriores e que afectam uma parte substancial da indústria do Distrito, designadamente uma estrutura empresarial atomizada com as dificuldades inerentes à diminuta dimensão; uma organização do trabalho deficiente; a fraca inovação dos produtos; a baixa incorporação técnica e científica; a fraca cooperação inter-empresas e destas com o sistema científico-técnico; e a dificuldade persistente de afirmação de políticas comerciais autónomas.

As baixas habilitações literárias e técnicas dos trabalhadores dos principais sectores industriais, o baixo número de quadros técnicos superiores nas empresas e o fraco recurso à formação profissional são características que se mantêm e continuam a constituir sérios entraves ao desenvolvimento consequente da economia regional. Quanto a isto é bastante significativo o muito baixo índice de utilização de recursos do Fundo Social Europeu pelas empresas do Distrito. O nível habilitacional na região continua a ser inferior à média nacional com menos diplomados com graus médios e superiores.

Na indústria da cristalaria a situação é de profunda gravidade. Entre 2004 e 2006 desapareceram cerca de 650 postos de trabalho, quase todos em

processos de encerramento de empresas. Recentemente, em 2006, encerraram, para além de outras de menor dimensão, duas das maiores empresas que operavam neste sector: a Dâmaso e a Marividros.

A par disto dá-se o colapso da Vitrocristal, associação complementar de empresas que por diversas razões, nomeadamente por erros de gestão e estratégia, gorou as expectativas criadas com a sua constituição. O processo de reestruturação da cristalaria, conduzido à margem das organizações dos trabalhadores, falhou por várias razões, mas em boa medida porque não avaliou devidamente a dimensão real do mercado nem as necessidades técnicas, tecnológicas, organizativas e designadamente por ter sido demasiado dependente do factor marketing da indústria e das empresas em concreto.

Na indústria de moldes encerraram diversas empresas, incluindo um dos importantes grupos existentes no sector – GS Moldes -, e outras atravessam dificuldades, essencialmente devido à perda de carteiras de encomendas, mas também, como no caso citado, a gestão deficiente e danosa.

Válvula de escape de crises dos sectores tradicionais e factor de reposição de equilíbrios socio-económicos no passado recente, o sector dos moldes para injeção de peças plásticas tem atravessado um período de dificuldades com a deslocalização de produções para o leste europeu e particularmente para a Ásia; com o esmagamento de preços e a dilação dos prazos de pagamentos por parte da indústria automóvel, que nos últimos anos se tornou o principal cliente da indústria de moldes regional.

Embora neste ramo industrial os problemas não assumam um carácter tão agudo como nas indústrias tradicionais do vidro e da cerâmica, também aqui se fazem sentir as deficiências ao nível da formação profissional, do domínio e utilização plena da mais recentes inovações tecnológicas, na cooperação dos e com os sistemas científico e do conhecimento nacionais, dos prazos de entrega, etc. Esta indústria tem, contudo, potencialidades nos planos da formação e qualificação da força de trabalho, da capacidade de gestão, do nível organizacional e do domínio na utilização dos meios de produção que superam em muito os das indústrias tradicionais. A sua capacidade de sobrevivência com boa saúde depende fortemente de razões que lhe são exteriores, quer tenha assento nas políticas nacionais ou da UE ou estejam dependentes do comportamento da economia capitalista internacional.

A indústria da cerâmica atravessa uma conjuntura particularmente complexa que assume aspectos de grande preocupação no sub-sector do barro branco, com particular incidência na cerâmica utilitária e decorativa. Mas mesmo a cerâmica de barro vermelho e a cerâmica de barro branco destinada a revestimento e sanitários, muito dependentes do sector da construção civil, atravessam momentos de dificuldade. Baixos salários, salários em atraso, diminuição da produção, encerramento de empresas, venda de máquinas e equipamentos para o estrangeiro e desemprego (nos últimos três anos perderam o emprego cerca de 3000 trabalhadores na região) são chagas que não param de debilitar este sector.

Apesar de se tratar de um sector que conheceu alguma modernização ao longo dos últimos anos, a indústria de cerâmica sofre com a retracção do mercado interno e com dificuldades crescentes na exportação devido à concorrência dos países do alargamento e de países terceiros. O principal factor que promove a nossa desvantagem comparativa encontra-se nos elevados custos da factura energética.

Pelo peso que tem no distrito, quer quanto à riqueza produzida quer quanto ao número de trabalhadores envolvidos, e pelo potencial que apresenta no domínio de novas aplicações, a indústria de cerâmica deve ser objecto de

medidas específicas que permitam debelar a situação de crise e promover o seu ulterior desenvolvimento numa perspectiva de inovação e modernidade.

O III Quadro Comunitário de Apoio que agora termina apoiou essencialmente grandes projectos. Mesmo os programas específicos para as pequenas e médias empresas, como o PRIME, devido ao indicadores exigidos, deixam de fora a maioria das micro e pequenas empresas, que constituem parte substancial do tecido empresarial regional.

Mantém-se a constatação da necessidade de criar ramos industriais alternativos aos existentes, que promovam a diversificação e complementaridade de sectores e que, em simultâneo, respondam à tendência de regressão estrutural vivida nos sectores da cristalaria e da cerâmica.

#### **A Assembleia Regional considera necessário:**

- continuar a lutar por medidas de apoio às indústrias estabelecidas, com programas apoio aos sectores em crise, nomeadamente a indústria vidreira e cerâmica que promovam a sua modernização e novos métodos de produção, comercialização, organização e gestão;

- Apoio a projectos de cooperação empresarial, nos domínios técnico, da inovação e da promoção comercial;

- A defesa e a valorização da indústria regional exigem a necessidade de assegurar a discriminação positiva das micro, pequenas e médias empresas na distribuição dos fundos nacionais e comunitários e uma mais substancial participação do distrito nos programas nacionais, nomeadamente no apoio a programas regionais e empresariais de formação profissional;

- Promoção da diversificação dos ramos industriais regionais, particularmente em zonas onde predomina a mono-indústria ou uma excessiva especialização, dando especial atenção ao desenvolvimento de novas industrias que permitam acrescentar valor às produções regionais (área alimentar; madeiras e mobiliário, mármore etc);

- Promover ou apoiar a criação de condições paritárias com os nossos parceiros europeus, particularmente nos domínios da energia e dos combustíveis;

- Afirmar a importância estratégica da educação e da formação profissional no desenvolvimento sustentado da economia regional. Exigir o desenvolvimento de um sistema regional de Ciência e Tecnologia que se articula com o ensino superior, as empresas e Centros Tecnológicos que urge continuar a desenvolver.

#### **2.4 Construção Civil e Obras Públicas**

Mantêm-se os desequilíbrios na distribuição espacial das empresas do sector. Em 31 de Dezembro de 2004 mais de 77% das empresas situam-se no eixo Pombal/Leiria/Caldas da Rainha (em 31-12-2000, correspondia a 76%) e em 31-12-2003 este eixo representava mais de 83% do emprego no sector no Distrito, enquanto o concelho de Leiria, por si só, detinha um quarto das empresas em 2004 e 34% do emprego em 2003.

Este sector detinha em 2004 cerca de 21% de todas as empresas do Distrito. A estrutura empresarial continua muito atomizada com grande proliferação de micro, pequenas e médias empresas e com muitos trabalhadores por conta própria. Trata-se de uma fragilidade regional comum a outros sectores e factor de baixa produtividade.

É, porém, neste sector que se encontram alguns dos maiores e mais poderosos grupos regionais, sendo de destacar o Grupo Lena, com cerca de 1.000 trabalhadores em Portugal e com filiais na Roménia, Bulgária, Argélia, Brasil e Angola. A tendência para a concentração de capitais mantém-se.

O número de trabalhadores ao serviço continua a crescer. Em meados da década de oitenta do séc. XX o sector empregava 4,3% de todos os trabalhadores no Distrito, em meados da década de noventa era já de 8,7%, em 2003 era de 11% e em 2004 era de 15%, não sendo alheio a este número o projecto do Euro 2004 e estar-se no auge do III QCA

Com a forte crise que abala o sector da construção e com a queda abrupta no volume de obras públicas, quer da administração central quer local, são diversos os casos de falência em empresas de relevante dimensão regional, e da diminuição do número de trabalhadores, sendo expectáveis mais falências e mais desemprego no sector. Neste processo fragilizaram-se ainda mais os direitos dos trabalhadores, aumentou a precariedade dos vínculos laborais, mantém-se muito baixo o valor das remunerações para a folha, as jornadas de trabalho são de sol-a-sol e incluem sábados e feriados. A percentagem da força de trabalho imigrante diminuiu.

Este sector continua a conhecer elevada sinistralidade devido à ganância do patronato, às deficientes condições laborais, à má-organização dos estaleiros e à má organização de muitas empresas.

O sector sofre intensamente os efeitos mais gerais da crise económica e estrutural que afecta o país e a região. Como se dizia na última Assembleia, era o projecto do EURO 2004 que amortecia os efeitos mais nefastos da crise. Encerrado o projecto e no seu rescaldo, assistimos a uma das mais graves crises do sector em mais de vinte anos.

A forte contracção registada teve impactos muito negativos nos sectores a montante (cerâmica, cimento, madeiras, portas e janelas, etc.), mas também nos sectores a jusante.

Por outro lado, constata-se que algumas empresas regionais de pequena e média dimensão começam a operar no sector nalgumas regiões de Espanha, através de angariadores e numa situação de incerteza, e que trabalhadores portugueses lançados no desemprego estão de novo a trilhar os caminhos da emigração.

**A Assembleia Regional, recusando soluções assentes numa política de mão-de-obra barata, precária e sem direitos ou discriminatória dos trabalhadores imigrantes por patrões sem escrúpulos, considera que é necessário:**

- Combater a crise instalada, apoiando com mais e melhor investimento público a dinamização da actividade do sector, nomeadamente dando resposta aos reais problemas em infra-estruturas e equipamentos do Distrito e acelerando início efectivo do QREN 2007-2013;

- Reforçar substancialmente as políticas de reabilitação e requalificação do edificado, com o lançamento de programas específicos, nomeadamente ao nível do QREN, quer através de programas sectoriais quer do Programa Operacional do Centro, para revitalização dos centros históricos dos principais

centros urbanos e lançar programas de incentivos e apoios às empresas para a recuperação e reabilitação de edifícios antigos, contrariando a tendência de construção nova;

- Promover uma grande melhoria das condições de saúde, higiene e segurança, com o envolvimento eficaz das entidades públicas competentes, dos sindicatos e das empresas e associações empresariais;

- Combater a utilização de trabalhadores, nomeadamente imigrantes, em situação precária e de grande exploração.

## **2.5 Comércio e Distribuição**

Neste sector, em 2004, tinham sede no Distrito 21.732 empresas contra 19.950 empresas no levantamento feito na última Assembleia. No comércio laborava em 2003 cerca de 21% da força de trabalho regional, uma tendência já observada na anterior Assembleia. O número médio de trabalhadores ao serviço por empresa passou de 0,99 no período analisado na anterior Assembleia para 1,27 em 2004, o que é indicador da penetração das grandes superfícies comerciais.

O sector continua a caracterizar-se por baixos salários, grande precariedade nos vínculos laborais e grande rotatividade de trabalhadores.

Continuou o processo de expansão e acentuou-se o domínio das médias e grandes superfícies, processo que vai continuar com as ampliações em curso, bem como com as propostas de unidades comerciais de dimensão relevante na região.

As cadeias francesas e alemãs continuam a expandir-se e novas cadeias com origem nestes dois países vieram juntar-se às já existentes.

O grupo leiriense ULMAR, depois das aberturas de lojas nos últimos anos, está numa fase de estabilização. Mas também ele, com presença apenas nos distritos de Leiria, Santarém e Coimbra, tem que fazer frente aos gigantes da distribuição e comércio a retalho.

O pequeno comércio tradicional independente e a pequena restauração vivem sérias dificuldades devido às políticas económicas, fiscais e orçamentais de favorecimento ao grande capital, à crise económica e estrutural que há anos afecta Portugal e a região e à prática de baixos salários a que querem condenar os trabalhadores portugueses.

O processo de concentração e centralização de capitais afecta todos os ramos do comércio e novas ameaças surgem para o pequeno comércio independente com a modalidade do comércio electrónico, que já adquire alguma dimensão, sem que a grande parte do comércio regional, mesmo de grupos regionais, esteja apta para enfrentar esta nova realidade.

### **A Assembleia considera necessário que:**

- Se respeitem a dignidade e os direitos dos trabalhadores;

- Se tomem medidas de defesa do micro e pequeno comércio, nomeadamente de âmbito fiscal, contra os privilégios das grandes superfícies e das grandes cadeias de venda a retalho;

- Se garanta, nomeadamente através dos projectos das regiões digitais, o acesso do micro e pequeno comércio aos sistemas de comércio electrónico;

- Seja garantido o apoio à requalificação dos estabelecimentos do comércio tradicional e da restauração, à formação profissional e ao aperfeiçoamento dos métodos e modelos de gestão;

- Se promova a revitalização dos centros tradicionais e históricos de aglomeração do comércio tradicional independente, reforçando as medidas de reabilitação urbana, comercial e de animação do espaço público, criando melhores condições de atracção dos visitantes e repovoando esses espaços.

## **2.6 Turismo**

O Distrito continua até hoje e no fundamental a não conseguir contrariar o modelo de turismo de muita curta estadia e de passagem, tendo sido até ao momento incapaz de tirar partido do importante património natural, histórico-monumental e gastronómico.

A divisão administrativa e turística do Distrito, da responsabilidade dos partidos da direita e do PS, tem sido um forte entrave à construção de uma estratégia coerente, integrada e unificada.

Apesar do forte investimento na divulgação do factor religioso, os benefícios para o Distrito continuam abaixo das expectativas. Quem visita Fátima, na sua maioria, não faz mais do que um rápido périplo pelos lugares turísticos mais conhecidos.

Nos últimos anos surgiram e estão em desenvolvimento alguns projectos turísticos, concentrados no litoral, frequentemente em zonas sensíveis e em claro desrespeito pela natureza. Isto assume uma particular gravidade no concelhos do Oeste com novos empreendimentos de luxo e de golfe sem a devida consideração dos impactos ambientais.

A má qualidade urbana e o estado de abandono, por vezes de decrepitude, em que se encontram os centros históricos das principais cidades são factores que não promovem a atractibilidade.

### **A Assembleia considera que:**

- O desenvolvimento do turismo na região deve assentar no respeito pelos direitos dos trabalhadores e na valorização profissional;

- A formação profissional e a qualificação dos trabalhadores são elementos da maior importância;

- O ambiente, a natureza, a cultura e o património histórico são factores-chave objectivos;

- É necessário qualificar e reabilitar os centros históricos, reabilitar urbanisticamente os principais centros urbanos e promover programas de animação cultural que visem também a fruição por parte dos turistas;

- O potencial termal deve ser aproveitado, quer para o turismo da saúde quer para o turismo de bem-estar;

- O Distrito necessita de uma política de desenvolvimento turístico integrada, coerente, que harmonize as diversas componentes, que respeite a natureza e o património humano, atenua a sazonalidade e contrarie o modelo de passagem e muito curta estadia.

## **2.7. Infra-estruturas**

O Distrito continua a ser tratado de modo subalterno. Mais uma vez, em 2007, é relegado para as últimas posições do investimento do Estado, com consequências no estágio de desenvolvimento das infra-estruturas e equipamentos públicos. Projectos como o IC9, o IC36 e o IC8 apresentam atrasos consideráveis. O IC36 nem sequer foi começado e já foi anunciado pelo Governo PS que será um troço com portagem. Tal medida retirar-lhe-á eficácia enquanto parte da circular externa de Leiria.

A Linha do Oeste continua vítima do ostracismo, não podendo, nas actuais circunstâncias, desempenhar qualquer papel relevante na promoção do desenvolvimento regional e nacional. Mesmo que se concretize a passagem do comboio de alta velocidade por Leiria, mantém-se a necessidade de reabilitar a Linha do Oeste através, designadamente, da duplicação da via, da electrificação e da modernização das composições. Estas medidas impõem-se ainda por razões ambientais.

Os sistemas de drenagem e tratamento de esgotos continuam com significativos atrasos em todo o Distrito, estando, por isso, as suas principais bacias hidrográficas, com destaque para a do Rio Lis, gravemente poluídas. É necessário reforçar o investimento neste sector.

Neste domínio, como no domínio da captação, tratamento e abastecimento de água, sector onde ainda há alguns atrasos a superar, há muitas e fortes pressões para a sua privatização em massa através das sociedades multimunicipais criadas para o efeito. É necessária a maior vigilância democrática.

O sistema de abastecimento de energia eléctrica necessita também de investimento para que sejam reduzidas as falhas energéticas por má concepção ou obsolescência. As interrupções no fornecimento de energia, para além dos problemas que criam às populações, provocam graves prejuízos à actividade económica e à indústria transformadora em especial. A eventual liberalização do sector pode causar problemas no abastecimento aos concelhos do Norte, economicamente deprimidos, porque apresentam baixos consumos.

A infra-estrutura digital, com e sem fios, tem um papel cada vez mais importante nas sociedades modernas, quer se trate da sua utilização para funções económicas quer da sua utilização pelos cidadãos. O Distrito apresenta neste plano atrasos que urge vencer para impulsionar o desenvolvimento económico e para garantir às populações o acesso democrático à informação e comunicação proporcionadas pelas TIC.

A Assembleia Regional considera que os serviços públicos de transporte e vias de comunicação são essenciais à vida, lutar pela sua qualidade e desenvolvimento a preços acessíveis constituem objectivos de luta. Nesse sentido é necessário exigir do poder político que o Estado exerça discriminação positiva ao Distrito de modo a minimizar os atrasos que lhe foram sendo impostos ao longo dos anos.

### **A Assembleia Regional defende:**

- A aceleração do Plano Rodoviário Nacional, nomeadamente com a urgente conclusão do IC8, a construção do IC9 e o IC36, este sem portagens, bem como uma nova articulação da A1 na zona do Barracão/Meirinhas;

- A urgente requalificação do IC2 (EN1) com as necessárias duplicações de vias e a construção de passagens desniveladas no distrito e a melhoria substancial da ligação Caldas da Rainha/IC2/Rio Maior;

- A melhoria da rede nacional de estradas no distrito com prioridade para as arrastadas das situações da EN8-5 e EN8-6 (Benedita/Nazaré) e na 242 entre Nazaré e Famalicão com a eliminação da Ponte das Barcas;

- Lutar para garantir a gestão pública do novo aeroporto internacional;

- Desenvolvimento do transporte público de caminho-de-ferro no distrito, assegurando os interesses de Leiria na concretização da alta velocidade e a modernização da Linha do Oeste e a sua ligação à Linha do Norte;

- Conclusão da infra-estrutura da rede de recolha e tratamento de esgotos;

- Promoção da reabilitação e modernização das redes de abastecimento de água e sua gestão pública;

- Modernização das redes de abastecimento de energia eléctrica;

- Dotação do Distrito de uma densa e moderna rede de infra-estrutura digital.

## **2.8. Ambiente**

Os problemas da poluição das linhas de água das bacias hidrográficas do distrito e a erosão e ordenamento da orla costeira são as questões ambientais que continuam a carecer de uma efectiva solução e são duas das mais prioritárias áreas de intervenção regional no plano do ambiente e da defesa do património natural.

O grave problema da poluição suinícola continuou a manifestar-se neste período com graves atentados ambientais e as soluções de tratamento específicas não têm tido o andamento célere que a grave situação existente impõe.

Os programas de despoluição das bacias hidrográficas da região, embora com ritmos diferentes, estão muito longe de garantir a sua regeneração e muitos deles mantêm atrasos consideráveis. Tendo em conta as orientações da VI Assembleia, o PCP continuou a apresentar propostas de reforço do investimento para a despoluição de algumas das mais afectadas linhas de água do distrito.

Também os problemas da erosão da orla costeira se agravaram consideravelmente neste período, sem uma resposta adequada dos respectivos governos. As situações críticas são hoje ainda mais graves. Aos fenómenos de rápida erosão há muito assinalados, nomeadamente S. Pedro de Muel, Vieira de Leiria, Nazaré e S. Martinho (parte Norte), juntaram-se a

situação da Praia do Pedrógão e diversos locais da costa do concelho de Peniche.

Neste âmbito, a Assembleia Regional considera que a despoluição das bacias hidrográficas do distrito de Leiria e a protecção dos aquíferos de águas subterrâneas continuam a ser uma prioridade na defesa do ambiente e proclama a necessidade de continuar a lutar pelo reforço do investimentos para despoluição dos rios Arunca, do Alcoa e Baça, do Nabão em Ansião, da Lagoa de Óbidos e Baía de S. Martinho e da Bacia do Lis, bem como o controlo das actividades poluidoras dos lençóis freáticos do maciço calcário estremenho.

Defender a urgente concretização de programas de despoluição suínicola com apoio de investimento nacional e comunitário, dando prioridade aos concelhos de grande concentração suínicola, nomeadamente aos concelhos da Bacia do Lis e ao concelho de Alcobaça.

### **A Assembleia Regional reivindica:**

- A efectiva participação das populações e do poder local na gestão da água com substituição dos “Conselhos de Bacia” por órgãos efectivamente representativos com competências mais amplas, poder de decisão e suporte institucional;

- A concretização de um Programa de Emergência de combate às situações mais críticas de erosão da orla costeira, nomeadamente de estabilização das arribas e promoção de estudos com reforço do investimento num Plano de Requalificação da Orla Costeira, incluindo a defesa das praias em acelerado risco de erosão;

- A garantia ao direito ao ambiente e à qualidade de vida abrindo novas frentes na defesa da conservação da natureza, nomeadamente com programas de requalificação paisagística das zonas de exploração de inertes e das áreas ambientais degradadas, como é o caso de Maceira, Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros, zonas de extracção de argila, mas também ao nível da reabilitação urbana. Neste âmbito lutaremos prioritariamente pelo projecto de despoluição e requalificação do Fosso da Muralha de Peniche;

- Instrumentos de ordenamento de Ordenamento do Território. Importante se torna também promover a criação de órgãos de acompanhamento e de avaliação com a participação de organizações sociais e de defesa do ambiente, entre outras.

## **3. A situação social e a organização e luta dos trabalhadores e de outras camadas sociais**

### **3.1. A Situação Social da classe operária e dos trabalhadores**

Agravaram-se as condições de exploração. A aprovação do Código de Trabalho pelo PSD e CDS-PP e o sequente agravamento pelo governo e maioria do PS na AR, desequilibraram ainda mais a favor do patronato as relações de trabalho.

Este governo do PS desenvolve claramente uma política de direita ao serviço dos grupos económicos e financeiros contra a classe operária e os

trabalhadores atingindo as camadas mais desfavorecidas da população fazendo pagar aos que menos podem os custos das suas opções políticas. Esta ofensiva tem continuado a privilegiar a privatização dos sectores fundamentais da nossa economia e estende-se a sectores de bens e serviços públicos essenciais, o que vem acentuando as desigualdades sociais existentes.

O país enfrenta uma grave situação marcada pelo encerramento de empresas e pelo aumento do desemprego e da precariedade.

O que vem ressaltando da política do governo PS são os aumentos dos preços na educação, na saúde, na habitação mas também nos transportes, nos combustíveis, na electricidade e no pão, são as medidas contra os trabalhadores da Administração Pública, é a insistência na manutenção de uma política de baixos salários e mesmo a ausência de quaisquer aumentos salariais, como acontece em alguns sectores.

A isto, o patronato e o governo PS querem ainda juntar alterações negativas à Legislação de Trabalho, no campo da contratação colectiva dos horários de trabalho, dos despedimentos sem justa causa (flexisegurança), nos contratos a prazo, no direito à greve, profundamente gravosas para os trabalhadores e o regime democrático. Também na Segurança Social se verificaram alterações que vão favorecer o capital financeiro pretendendo acabar com o princípio da solidariedade, fundamento principal da Segurança Social.

No distrito de Leiria a política do governo PS tem levado ao encerramento e falência de muitas empresas, nomeadamente nos sectores da cristalaria, cerâmica, moldes, construção, comércio e hotelaria, levando ao desemprego milhares de trabalhadores.

No final de 2006 estavam inscritos nos Centros de Emprego do Distrito de Leiria mais de 14 mil desempregados, números aquém da realidade. A União dos Sindicatos estima em mais de 23 mil.

Proliferam as empresas de trabalho temporário e as suas actividades sem controlo, aumenta o trabalho precário e com ele a incerteza no futuro para milhares de trabalhadores, em particular os mais jovens, o recibo verde e o pagamento sem documentos expande-se.

Aumenta o número de trabalhadores com salários, subsídios e horas extraordinárias em atraso. No final de 2006 eram já mais de 2000 trabalhadores nesta situação.

Caldas da Rainha, Marinha Grande e Alcobaça são os concelhos mais atingidos pela situação de salários em atraso e falências, sendo os dois primeiros muito afectados pelo encerramento de empresas (Pereira, Moveis Pedrosa, Pastoret, Eurovela, Faubonreg, A. Santos, Marividros, Dâmaso, J. Mortensen, Irmal, etc.).

Com o alargamento da União Europeia e a mundialização, assim como a ausência de uma política que aposte no aparelho produtivo os sectores da cerâmica do barro branco, da indústria manual da cristalaria e dos moldes podem vir ainda a verem a sua situação mais agravada com novas falências e encerramento de empresas.

Em todo o distrito, em empresas de diversos sectores, há trabalhadores a serem pressionados, quando não ameaçados, para rescindirem os seus vínculos às empresas, para depois serem contratados trabalhadores a prazo, no fundo do desemprego ou mesmo estrangeiros que mais facilmente aceitam os salários baixos e o trabalho precário. Por isso: a rejeição a rescisões de contratos de trabalho e a defesa dos postos de trabalho; o combate à precariedade do trabalho e alteração dos horários de trabalho; a defesa da

contratação colectiva e do direito à negociação; a defesa do aparelho produtivo e combate ao desemprego; o combate à fúria privatizadora de serviços públicos e defesa dos direitos e dignidade dos trabalhadores da Administração Pública; o combate às perseguições, discriminações e despedimentos, particularmente as que atingem dirigentes e activistas sindicais; o combate ao aumento do custo de vida e aos salários baixos, exigência de respeito pelos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores e em defesa das suas conquistas históricas. Contra a política de direita do governo PS e por um Portugal desenvolvido com mais emprego e trabalho com direitos, constituem linhas de trabalho, esclarecimento e luta dos comunistas.

### **3.2 Saúde**

Os últimos quatro anos estão marcados na área da saúde, quer pelo adiamento da concretização dos principais projectos programados de melhoramento da rede pública de cuidados de saúde, quer pelo agravamento da falta de resposta às necessidades de saúde das populações.

Neste período a política de desresponsabilização do Estado da sua obrigação constitucional de garantir o direito à saúde das populações e que vinha sendo prosseguida pelos últimos governos, teve, com o actual governo do PS, uma nova e mais preocupante evolução quer com a drásticos cortes no investimento público, quer com as suas propostas ditas de reestruturação do Serviço Nacional de Saúde.

Os cortes no investimento tiveram, no distrito de Leiria uma particular incidência no sector da saúde, bem evidente no arrastamento da ampliação do Hospital de Caldas da Rainha e a requalificação da restante rede hospitalar, no adiamento da construção de novos Centros de Saúde, como é o caso de Pombal ou do Centro de Saúde Arnaldo Sampaio, com o seu sistemático arrastamento e posto a funcionar agora, parcialmente, sem a sua total conclusão. As carências de profissionais de saúde agudizaram-se e hoje acrescentam-se aos cerca de 20 000 utentes sem médico de família em 2003, mais 10 000 pessoas, atingindo particularmente os concelhos de Leiria, Alcobaça, Peniche e Pombal. Tal como não se resolveram e mantêm as enormes filas de espera para cirurgias e nas consultas externas em muitas valências médicas na rede hospitalar. No plano da rede hospitalar regional são evidentes os propósitos de uma política de concentração de serviços e valências, afastando os serviços das populações.

As actuais propostas de Reestruturação dos Cuidados de Saúde Primários e o plano de Reestruturação da Rede de Urgências do governo do PS que as populações contestam, não só não vão resolver as carências no acesso aos serviços de saúde, como as vão agravar. As medidas economicistas de encerramento de Serviços de Atendimento Permanente que já se concretizou em alguns concelhos (Leiria, Bombarral) sem que se apresente uma alternativa mais favorável ao atendimento das necessidades das populações e os propósitos de encerramento de mais de 40% das extensões de saúde, com particular impacto nos concelhos do Norte do distrito. Medidas para abrir espaço ao surgimento de mais grupos privados e forçar a transferência para as populações do pagamento dos custos da saúde, situação que se acentuará com a privatização também de uma parte significativa da rede de cuidados primários. A mesma intenção com o escandaloso encerramento da urgência do Hospital de Peniche e a retirada de valências e serviços de outros hospitais da região.

Entretanto, o plano de Reestruturação da Rede de Urgências além de agravar os problemas das populações no acesso à saúde, mais uma vez, tal como no passado, secundariza o distrito de Leiria ao não considerar, como claramente se justifica, uma urgência Polivalente na Região.

À política de encerramento de serviços, de deterioração da qualidade dos serviços prestados e de criação de maiores barreiras na acessibilidade aos cuidados de saúde, nomeadamente com o aumento e criação de novas taxas moderadoras, juntou-se nestes dois anos de governo do PS uma política do medicamento que tem vindo a impor um escandaloso agravamento da comparticipação dos doentes no pagamento dos medicamentos.

**A Assembleia da Organização face à ofensiva em curso contra os serviços públicos de saúde e as necessidades das populações considera ser necessário entre outros aspectos:**

- Garantir a defesa intransigente do Serviço Nacional de Saúde, a sua concretização e desenvolvimento como serviço, público, universal e gratuito, eficiente e eficaz mantendo-se o Estado como prestador geral e universal de cuidados de saúde;

- Promover o melhoramento e modernização da rede hospitalar, nomeadamente do projecto de ampliação, sistematicamente adiado, do Hospital de Caldas da Rainha. Medidas efectivas de redução das listas de espera em cirurgia e reforço da capacidade de resposta nas consultas externas e ampliação da resposta com novas valências;

- O melhoramento da rede de cuidados de saúde primários com a construção e ampliação de novos centros de saúde e seu efectivo apetrechamento com mais equipamentos de meios complementares de diagnóstico. Dar prioridade à grave situação do concelho de Pombal com a construção de um novo Centro de Saúde. Combater firmemente qualquer reestruturação dos serviços de cuidados de saúde primários que visem impor a redução drásticas da rede existente e a sua privatização parcial;

- A exigência de uma discussão séria sobre a reestruturação da rede de urgências na Região, que tenha em conta os interesses das populações, o que pressupõe e imediata suspensão dos encerramentos, nomeadamente da urgência do Hospital de Peniche e reabertura dos Serviços de Atendimento Permanente que fecharam. Defesa neste âmbito de uma mais elevada qualificação da urgência do Hospital de Santo André com a sua passagem a Urgência Polivalente;

- Urgentes medidas para o alargamento e preenchimento dos quadros médicos e outros técnicos de saúde nos cuidados hospitalares e nos centros de saúde;

- A garantia do Hospital Termal das Caldas da Rainha como unidade do S.N.S. ao serviço das populações e impedir a sua privatização, mesmo que parcial;

- A necessidade de desenvolver os serviços médicos domiciliários de apoio aos idosos e deficientes em cooperação com a Segurança Social;

- O alargamento, no âmbito do SNS, da capacidade de resposta, na região, dos serviços de tratamento de toxicodependentes. Assegurar uma unidade de internamento na região e comunidades terapêuticas.

### **3.3 Educação e Ensino**

A ofensiva contra a Escola Pública conheceu, nestes últimos quatro anos de governos do PS e PSD/CDS-PP, uma ofensiva qualitativamente negativa. Neste período, aprofundaram-se as medidas de desresponsabilização do Estado em relação às suas obrigações constitucionais de garantir o acesso e o êxito escolares aos portugueses em todos os níveis de ensino, ao mesmo tempo que se ampliou a ofensiva contra os profissionais da educação de que o novo Estatuto da Carreira Docente, imposto pelo Governo, é exemplo claro e incontornável.

Para além dos tradicionais baixos níveis de investimento quer em instalações, quer em recursos humanos, particularmente de pessoal auxiliar da acção educativa, nestes últimos dois anos, não só se acentuaram esses cortes orçamentais, mas também o governo desencadeou, um processo de encerramento cego de escolas, promoveu um processo indirecto de transferência para o sector privado das actividades de enriquecimento curricular do 1º. Ciclo do Ensino Básico; intensificou a tentativa de liquidação da escola inclusiva reduzindo drasticamente o pessoal docente e não docente e o número de crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

No distrito de Leiria, e como exemplo, no ano lectivo 2004/05, em apenas 12 concelhos, a rede escolar do 1º ciclo do ensino básico era constituída por 390 escolas. Hoje, são 337 e, no próximo ano lectivo, se as previsões do ME se concretizarem, passarão a ser 249.

Tendo como referência o número de escolas com menos de 20 alunos, critério administrativo que serve de justificação às políticas economicistas do Governo, os concelhos de Pombal, Leiria e Alcobaça seriam os mais afectados com o encerramento de mais 20, 18 e 14 escolas, respectivamente.

A luta dos Encarregados de Educação e respectivas comunidades educativas serão, como foram no passado recente, determinantes para impedir encerramentos cegos e sem a garantia de escolas alternativas com melhor qualidade na resposta educativa.

Com a chamada reorganização da rede escolar do 1º ciclo, o poder político aprofunda a desertificação de algumas zonas do distrito, discrimina crianças agravando as condições de acesso á Educação, particularmente as que têm menos recursos ou vivem longe dos centros urbanos.

A componente de apoio à família, na educação pré-escolar, continua a ser assegurada por pessoas sem formação específica. Muitos municípios recorrem, frequentemente, aos POC (Programas Ocupacionais) para o desempenho destas funções.

Existem ainda Jardins-de-Infância instalados em pré-fabricados, sem condições de segurança, salubridade e conforto.

No ensino superior, os elevados cortes orçamentais, superiores, em média a 10%, criaram uma mais grave situação com dramáticas consequências, nomeadamente nas Escolas do Instituto Superior Politécnico de Leiria. A perspectiva de despedimentos de professores, as dificuldades financeiras, nomeadamente para pagar salários, estão a traduzir-se em novas formas de pressão para impor novos aumentos das propinas e dos serviços sociais.

**A Assembleia Regional considera que a política para a área da educação e do ensino do Governo exige continuar a luta na defesa de uma escola pública democrática, gratuita, inclusiva, de qualidade o que pressupõe, nomeadamente:**

- Travar o processo de encerramento indiscriminado de escolas e a tentativa de privatização do sistema público de ensino;

- A definição de uma nova rede escolar que deve ser participada e democraticamente decidida no respeito pelos interesses da comunidade educativa e da região;

- A expansão da rede pública da educação pré-escolar e a melhoria efectiva da qualidade da resposta social de apoio às famílias a que todas as crianças que frequentam o ensino básico devem ter acesso;

- A dotação das escolas dos meios humanos (pessoal docente e não docente) e materiais necessários a um real sucesso educativo dos alunos;

- A gestão democrática das escolas;

- Uma intervenção cuidada e planeada ao nível das instalações escolares;

- A criação de uma Universidade Pública em Leiria e consequente aumento da frequência do ensino superior público no distrito, nomeadamente com a expansão do ensino politécnico.

### **3.4 A Luta da Classe Operária e dos Trabalhadores**

Este período foi marcado por um intenso desenvolvimento da luta de massas das quais se destacam, entre outras empresas e sectores: Pereiras, Pastoret, Moveis Pedrosa, Dâmaso, Irmal, Marividros, Plásticos Lena, Somema, Sardinal, Interser, trabalhadores da Administração Pública Central e Local, Professores. As lutas pelo crescimento real dos salários e o combate ao aumento do custo de vida, em defesa do sector produtivo e pela criação de emprego de qualidade, contra o desemprego e a precariedade de trabalho, em defesa da contratação colectiva e dos direitos nela consagrados, contra os salários em atraso e o direito a uma vida digna, em defesa dos direitos dos trabalhadores da Administração Pública e por um Serviço Público de qualidade, contra a política de direita quer do governo PSD/CDS-PP quer do actual governo PS. Estas lutas envolveram milhares de trabalhadores e revelaram um alto grau de unidade e solidariedade, conseguindo, algumas delas, atingir os seus objectivos.

Com o governo do PS, os traços mais negativos, do anterior governo, agravaram-se e a ofensiva dos grandes grupos económicos e financeiros intensificou-se atingindo uma escala nunca antes vista.

No desenvolvimento da luta, são ainda de destacar nos últimos tempos (2005-2006), as acções de luta comum e convergentes em cuja organização a União de Sindicatos de Leiria teve um papel de relevo, designadamente as jornadas de luta de 12 de Outubro de 2006 em Lisboa e a jornada de luta de 25 de Novembro de 2006 na Marinha Grande, que foram expressão concreta do

grau de descontentamento e do nível de combatividade dos trabalhadores e que culminou na grande jornada nacional de luta convergente de 2 de Março de 2007, ponto alto da luta contra a política de direita do governo PS, com grande participação do distrito de Leiria.

É inegável o destacado papel do Partido e dos seus militantes, particularmente aqueles que intervêm no M.S.U. no esclarecimento das razões da luta, na mobilização e organização dos trabalhadores contra: O aumento do custo de vida, a redução do valor das pensões, o desemprego. Combatendo a precariedade e as teses da flexibilização. Lutando pela melhoria dos salários e pela dinamização da contratação colectiva, pelo emprego de qualidade, por uma administração pública eficaz com emprego público dignificado e serviços públicos de qualidade.

### **3.5 Movimento Operário e Sindical**

O Movimento Sindical Unitário, democrático de classe e de massas, é a força social determinante no combate à política de direita na luta por melhores condições de vida e de trabalho e em defesa do regime democrático constitucional.

O movimento operário e sindical enfrenta hoje uma poderosa ofensiva e actua num quadro muito alterado que afecta a sua estrutura, organização e intervenção, direitos individuais e colectivos e condições de vida dos trabalhadores.

Apesar do grande esforço feito, nos últimos anos, para o reforço da organização sindical no distrito – o aumento da sindicalização, eleições e renovação da rede de delegados sindicais, renovação, rejuvenescimento e formação de muitos quadros sindicais, as melhorias significativas no funcionamento e capacidade de resposta da União dos Sindicatos, passos importantes nos processos de reestruturação sindical, administrativa e financeira – continuam a subsistir debilidades, nalguns sectores, e atrasos na organização sindical nas empresas e locais de trabalho e numa mais profunda descentralização.

Simultaneamente desencadeou-se o mais violento ataque aos direitos e conquistas dos trabalhadores, ao vínculo público de emprego, às funções sociais do Estado, designadamente à Segurança Social Pública e Universal, ao Serviço Nacional de saúde, ao sistema público de Ensino.

A dimensão e profundidade da ofensiva provocam sérias dificuldades na resposta mais eficaz às novas realidades. O grau da ofensiva e dos meios de que o inimigo de classe dispõe e que visam a intensificação da exploração, a liquidação de conquistas históricas dos trabalhadores, a desarticulação e mesmo tentativa de liquidação da capacidade de resistência organizada reflectem-se no estado da organização sindical de classe dos trabalhadores.

Com efeito a estrutura e acção sindical nos locais de trabalho ressentem-se de uma rede de delegados sindicais muito débil nuns casos e quase ausência noutros, marcada por uma forte repressão nas empresas e pela discriminação salarial entre outros aspectos.

Alguns sindicatos cujo crescimento da mão obra assalariada nos seus sectores é significativa no distrito, designadamente nos sectores de serviços continuam a ter extremas dificuldades em progredirem e alargarem a sua base organizada.

Em importantes empresas industriais com forte concentração de mão de obra, muita dela jovem e precária, persistem dificuldades de penetração sindical.

Subsistem problemas de uma acção coordenada e inter-sindical junto de grandes concentrações de trabalhadores como as zonas industriais.

Os níveis de sindicalização derivando de sector para sector, revelam face à mão-de-obra assalariada existente no distrito grandes possibilidades objectivas de progressão.

Apesar das dificuldades, mantêm-se viva e actuante a força organizada e combativa que é o M.S.U. e o importante papel que os comunistas dirigentes e activistas sindicais nele desempenham.

No distrito existe um alargado número de quadros sindicais, muitos dos quais são militantes comunistas, que por direito próprio e pela vontade dos trabalhadores que os elegeram, participam, intervêm e lutam aos diversos níveis da estrutura sindical.

Este conjunto de valiosos quadros do Partido, inserido no trabalho colectivo dos organismos partidários, têm a responsabilidade, tal como vem acontecendo, de contribuir para as tarefas gerais do Partido, ou seja, o reforço da sua organização e influência social e política nas empresas e locais de trabalho, recrutando para o Partido os activistas sindicais e os trabalhadores em geral, que se destacam na luta, contribuindo assim para a formação de células de empresa, ajudando à afirmação do Partido e elevando a consciência social e política dos trabalhadores.

**Assim a VII Assembleia da Organização Regional de Leiria define como grandes linhas de intervenção dos comunistas, activistas, delegados e dirigentes sindicais:**

- Assegurar e garantir as características e identidade de classe do M.S.U. reforçando uma cada vez maior ligação aos trabalhadores;

- Reforçar da organização sindical, tendo como prioridade levar o sindicato para as empresas e locais de trabalho criando estruturas de base;

- Desenvolver um trabalho continuado e empenhado de sindicalização, especialmente de jovens trabalhadores, eleição, reforço, renovação e rejuvenescimento da rede de delegados sindicais e formação de comissões de higiene e saúde no trabalho;

- Fortalecer a solidariedade inter-sindical entre todos os trabalhadores dos sectores público e privado, combatendo fenómenos de divisionismo;

- Considerar no plano da intervenção unitária o desenvolvimento de acções intersindicais em zonas industriais, cuja dificuldade de implantação sindical é geral;

- Continuar os processos de reestruturação sindical;

- Elevar a consciência de classe e política dos trabalhadores, reforçar os laços de unidade e solidariedade de classe e mobilizar os trabalhadores para a luta contra a política de direita e pela construção de uma alternativa democrática e de esquerda que rompa com a política de direita;

- Combater o reformismo e a conciliação de classes.

### **3.6. A luta dos Agricultores**

A ofensiva dos sucessivos governos PSD/CDS-PP e do PS contra a agricultura e os pequenos agricultores tem sido enorme e atinge naturalmente as suas organizações de classe (CNA).

A degradação das condições de vida dos agricultores, redução da actividade agrícola decorrente da falta de apoios e de estímulos ao desenvolvimento da actividade e fixação dos jovens a terra, aumenta as dificuldades na mobilização bem como a sua capacidade de resposta.

No entanto e num quadro de maiores dificuldades mantêm-se no essencial os traços evidenciados na ultima assembleia. A Federação da agricultura distrital (CNA) continua a desempenhar o papel fundamental na defesa dos interesses da lavoura, tendo desenvolvido uma intensa actividade com a participação em reuniões com entidades publicas e a mobilização dos agricultores para diversas manifestações designadamente em Pombal e Ansião, promoveu encontros em várias localidades do distrito envolvendo centenas de agricultores.

Destacando-se também a participação nas grandes manifestações nacionais de agricultores em Lisboa.

#### **A Assembleia da Organização Regional considera necessário:**

- Reforçar a organização e intervenção dos agricultores e das suas organizações de classe;
- Aumentar a luta e resistência dos agricultores do distrito contra a política de destruição da agricultura do distrito e nacional.

### **3.7. A Juventude**

No período que decorreu entre Assembleias, o trabalho da JCP conheceu altos e baixos, mas é de destacar que dos melhores períodos da vida da JCP saíram quadros, uns que hoje estão com tarefas no Partido, outros embora noutras regiões do país continuam em tarefas na JCP.

O Partido ajudou no essencial ao desenvolvimento do trabalho e à formação dos seus quadros. A JCP tem tido no distrito um papel importante, no trabalho e para o rejuvenescimento do Partido. É de vital importância que as organizações continuem a ajudar na formação de colectivos da JCP, integrando os jovens que se inscrevem no partido sem terem conhecimento da organização de juventude do Partido a JCP.

O trabalho da juventude conhece nesta fase algumas dificuldades, em grande parte devido à inexistência de um funcionário da JCP a tempo inteiro. A JCP desenvolveu trabalho junto da juventude e contribuiu para o trabalho do Partido sempre que necessário, participando quer na DORLEI, quer no seu Executivo, mantendo uma actividade regular.

É de valorizar a luta dos jovens do ensino secundário que têm travado diversos combates, nomeadamente, e entre outros, nos dias 18 de Novembro de 2006 e 28 de Fevereiro deste ano, contra as políticas do Governo, designadamente contra as aulas de substituição, a nota mínima, e pela

educação sexual nas escolas. Também os jovens do ensino superior estiveram em luta, particularmente contra o processo de Bolonha.

Os jovens trabalhadores debatem-se com inúmeras dificuldades, sendo os maiores problemas a instabilidade e precariedade laborais.

### **A Assembleia decide:**

Que nas Organizações do Partido, nomeadamente a nível da DORLEI, tomem medidas de apoio à formação de colectivos da JCP e à consolidação dos existentes, quer na cedência de meios para o desenvolvimento do trabalho, quer na formação dos seus quadros e na promoção e desenvolvimento da iniciativa política da JCP.

### **3.8. A luta dos reformados**

Durante o período que mediou as duas Assembleias os movimentos de reformados existentes no distrito, sobre a égide do MURPI, desenvolveram actividades recreativas, culturais e de lazer e participaram activamente na luta contra a degradação da sua qualidade de vida pela melhoria das pensões e reformas.

Os reformados comunistas desempenharam nesse processo um papel de primeiro plano sendo os principais impulsionadores das actividades e da luta desenvolvida.

**Assembleia Regional considera que pelo peso e importância social desta camada é necessário:**

- Maior entrosamento entre o conjunto de associações e comissões de reformados no distrito, com vista à criação de uma organização distrital.

### **3.9. A luta das Mulheres**

O encerramento de empresas, os despedimentos os salários e subsídios em atraso continuam a atingir particularmente as mulheres.

Apesar da profunda ofensiva política e ideológica, as mulheres trabalhadoras no distrito de Leiria tem continuado a desempenhar um papel de grande importância na luta em defesa dos postos de trabalho, dos seus direitos, pela melhoria dos salários.

A luta pelos direitos sexuais e reprodutivos, bem como pelo cumprimento das funções sociais do Estado, designadamente no apoio à infância e aos idosos, constituíram nos últimos tempos linhas importantes da luta. A vitória do SIM no referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez constituiu também no distrito uma importante vitória da democracia e da liberdade, da dignidade e saúde da mulher, sobre o obscurantismo e a hipocrisia.

**Assembleia da Organização Regional considera ser necessário:**

- O reforço e dinamização das estruturas unitárias de mulheres, designadamente os núcleos do MDM no distrito;

- O desenvolvimento de acções de esclarecimento e mobilização em torno dos seus problemas específicos e da luta mais geral contra a política de direita.

### **3.10. Outras camadas sociais**

Desde a última assembleia com a concentração e centralização de capitais e a reconstituição dos monopólios aumentam as dificuldades da generalidade dos trabalhadores por conta própria e dos micro, pequenos e médios empresários.

Sugados pelos grandes empórios, atingidos pela brutal ofensiva que se abate sobre os trabalhadores por conta de outrem (desemprego, baixos salários etc...) sucedem-se as falências de micro pequenas e médios empresários da indústria e do comércio.

Contraditoriamente empurrados para o desemprego, dezenas de trabalhadores transformam-se em trabalhadores por conta própria, tentando desta maneira sobreviver a esta selva imposta pelo grande capital.

No plano regional é urgente dar outra dimensão, expressão e organização aos problemas e aspirações deste crescente e importante sector da actividade económica do distrito.

## **4. O Poder Local e Desenvolvimento Regional**

As medidas que têm vindo a ser deliberadas para o Poder Local Democrático pelo actual governo representam um grave retrocesso na autonomia e capacidade financeira do Poder Local Democrático.

A nova lei das finanças locais representa um travão à melhoria da elevação da qualidade de vida das populações e uma clara violação da autonomia do Poder Local.

A transferência de competências da Administração Central para as autarquias deve ser encarada como um processo de descentralização a que corresponda uma efectiva capacidade de dar resposta aos níveis de atendimento e satisfação exigida pelas populações, no sentido do reforço dos direitos e expectativas dos administrados e da preservação das políticas públicas que cabe ao Estado assegurar.

O processo de transferência de competências do governo não pode deixar de ser encarado com as maiores reservas quer quanto aos seus conteúdos quer quanto aos seus objectivos.

Os procedimentos assumidos pelo governo no processo de elaboração da lei das finanças locais – pautados pela má fé, arbítrio e desconsideração pelo Poder Local e a sua autonomia – não são de modo a reconhecer no governo a seriedade e para o desenvolvimento de um processo que pode na sua conclusão apresentar consequências não menos graves que o das finanças locais.

Bastaria olhar para inúmeros casos recentes (em matéria de protecção da floresta, protecção civil,...) ou para o prosseguimento de um programa unilateral de encerramento milhares de escolas e de reformulação da rede escolar em áreas que são da competência das autarquias ou que estão

projectadas transferir para ajuizar do absoluto arbítrio em que assenta, a partir da Administração Central, o relacionamento com a Administração Local.

O afã “descentralizador” que aparenta rodear este processo só pode suscitar interrogações. Sabida a vertente marcadamente centralista do actual governo traduzida na recusa da regionalização do processo de elaboração e gestão do QREN, da extinção das regiões de Turismo, e das políticas de ordenamento, as propostas do governo, e sobretudo o acelerado calendário adiantado para a sua conclusão, só podem ser considerados com grande preocupação.

A criação das Regiões Administrativas é um elemento essencial a qualquer processo sério e coerente de descentralização. O facto de o nível regional continuar a ser considerado para esse objectivo constitui uma limitação estruturante.

Conhecidos que são as opções e orientações dominantes na política do actual governo este processo poderá ter como objectivos essenciais:

Impor a transferência de um conjunto de competências que em nome da descentralização se constitua num processo forçado de transferência de encargos e de insatisfações em domínios onde as carências se foram avolumando por redução dos investimentos da Administração Central.

A insistência por parte de membros do governo da afirmação de que deste processo não pode resultar aumento da despesa pública é esclarecedor sobre os seus objectivos, limitações e consequências: as competências a transferir transitarão calculadas em função das dotações que hoje lhe estão afectas, ou seja subfinanciadas e carenciadas dos meios técnicos e humanos necessários à satisfação das necessidades.

Constituir um instrumento que com e pelo envolvimento das autarquias, contribua para desestruturar políticas públicas e privatizar funções e serviços em áreas tão essenciais como a saúde e educação.

O que hoje está já patenteado pelas actividades de “enriquecimento” curricular” será exponenciado com o leque de competências que se encontram sugeridas. E este é um problema central. A transferência de competências para as quais os municípios não estão preparados — porque o nível do seu exercício deveria ser outro que não o municipal ou porque não têm condições de as exercer no contexto de constrangimentos e limitações legais e financeiras actuais traduzir-se-á, a concretizarem-se, na alienação directa pelo sector público de políticas públicas que comprometerão direitos constitucionalmente consagrados.

Envolver as autarquias em políticas subordinadas aos interesses e objectivos do governo de que o envolvimento nas áreas sociais pode constituir exemplo se orientado para a chamada inclusão social numa dinâmica assistencialista.

O elenco de áreas definidas pelo governo - educação, saúde e social – é inseparável da implementação de uma estratégia (que a lei de finanças locais é um instrumento) que em nome da chamada nova geração de políticas municipais que o governo entende prosseguir, justificou não apenas a desvalorização dos municípios do interior, como se adequa à «cooperação estratégica» como componente essencial de atenuação e disfarce das consequências das políticas neoliberais assentes na exploração e na injustiça sociais.

Nas últimas eleições autárquicas de Outubro de 2005, a CDU alcançou os seus melhores resultados de sempre, ao conquistar a maioria em 2 municípios (Marinha Grande e Peniche, este pela primeira vez) tantos como o partido Socialista num distrito em que o PSD continua a ser esmagadoramente

dominante. Nestes municípios são também da CDU os respectivos presidentes da Assembleia Municipal.

Nas juntas de freguesia da Ajuda (Peniche) e Marinha Grande passámos de maioria simples para maioria absoluta.

Foi igualmente importante elegermos um vereador no Bombarral e reconquistar o eleito na Assembleia Municipal de Leiria que havíamos perdido em 2001.

Considerando a actual distribuição de forças no plano autárquico, novas e acrescidas responsabilidades impendem sobre a CDU o que exige uma nova e redobrada acção dos membros PCP na concretização dos programas eleitorais e o reforço do trabalho de direcção colectiva dos organismos de direcção do Partido.

O Partido não se esgota na frente do trabalho autárquico, os organismos do partido precisam de dar resposta aos imensos problemas que a situação política e social coloca todos os dias, mobilizando os trabalhadores e as populações para a luta, por outro lado o partido não se pode demitir do exercício do papel de direcção nesta frente de trabalho.

**Neste quadro a VII Assembleia da Organização Regional no prosseguimento da Conferência Nacional “ O PCP e o Poder Local define as seguintes medidas com vistas ao reforço do Trabalho de direcção:**

- Melhorar o trabalho da Comissão distrital de autarquias redefinindo a sua composição de forma a que se articule melhor no plano da região o trabalho, a definição da orientação para aspectos comuns e a aplicação da orientações nacionais;

- Reforçar o acompanhamento e enquadramento colectivo de todos os membros do partido eleitos nas autarquias, encontrando para o efeito em cada concelho e freguesia as formas mais indicadas, garantindo a existência de organismos de eleitos com funcionamento regular designadamente ao nível dos municípios, sem prejuízo do acompanhamento e exercício do papel de direcção por parte das comissões concelhias;

- Encontrar formas e espaços de envolvimento e participação de outras pessoas eleitos e não eleitos que estão com o projecto autárquico da CDU;

- Articular a acção dos eleitos nos vários órgãos do concelho ( municipais de freguesia).

**A VII Assembleia da Organização define ainda de acordo com os contornos, limites e objectivos essenciais que o papel de direcção do Partido deve assumir três domínios fundamentais:**

- O da definição das prioridades de gestão e das decisões cujo conteúdo encerrem uma evidente componente política;

- O do acompanhamento da forma e expressão do exercício do poder ou dos mandatos, procurando que elas se desenvolvam de acordo com as características essenciais do projecto autárquico do PCP;

- O da garantia da expressão democrática e participada na gestão e intervenção nas autarquias enquanto traço distintivo da acção dos comunistas no Poder Local.

**Na linha dos objectivos definidos pela Conferência Nacional apontam-se também entre outros como elementos essenciais na concretização do exercício do papel de direcção do Partido os seguintes elementos:**

- Avaliação permanente da componente de participação na gestão, da política de informação, dos critérios fundamentais de relacionamento com o movimento associativo e de descentralização para as freguesias;

- Acompanhamento em termos gerais do relacionamento com o governo e a administração central, do envolvimento em áreas de intervenção ou da assunção de compromissos que ultrapassem o quadro de atribuições das autarquias;

- Discussão prévia das opções essenciais e principais investimentos dos planos de actividade e orçamentos, e do processo de debate e envolvimento popular;

- Definição das linhas essenciais de política tarifária e tributária local e da política de crédito de médio e longo prazo;

- Avaliação das expressões de exercício e do uso do poder e do cumprimento do princípio estatutário de não ser nem prejudicado nem beneficiado;

- Acompanhamento da concretização dos programas eleitorais apresentados pela CDU;

A defesa e reforço das posições conquistadas pela CDU no plano autárquico dependem em larga medida da concretização destes objectivos e linhas de trabalho. É essencial que se aprofunde a linha de trabalho com e para as populações.

## **5. O Movimento associativo e popular**

O movimento associativo é uma das ricas expressões de participação democrática.

Antes do 25 Abril a constituição de colectividades e outras formas de organização popular permitiram que se desenvolve-se também desta maneira a resistência ao fascismo.

O movimento associativo popular foi e ainda é uma escola de democracia no qual os comunistas e outros democratas se empenharam e empenham no seu desenvolvimento.

Com a conquista das liberdades fundamentais e a democratização do poder local, realizou-se a conquista efectiva do direito das classes trabalhadoras à livre fruição e criação cultural. Constituíram-se novos espaços de ampla participação popular alargaram-se as possibilidades de desenvolvimento do desporto de massas.

No distrito de Leiria existem cerca de um milhar de associações de cariz popular, sendo que em quase todas as localidades temos uma colectividade que promove o convívio e o recreio dos seus moradores. Muitas desenvolvem uma modalidade desportiva, noutras acrescentam uma actividade cultural.

Substituindo-se ao desenvolvimento das políticas sociais da responsabilidades do governo, cerca de 10% avançam com respostas sociais, algumas constituíram-se em Instituições Particulares de Solidariedade Social. Um número pequeno tem acordos com a Segurança Social para idosos e para crianças.

Nesta linha algumas autarquias locais financiaram e promoveram uma política de dependência com objectivos partidários e eleitoralistas.

A outro nível também há as que têm algum acordo com o Instituto Português da Juventude.

De relevar o crescimento espantoso de Associações de Pais em escolas do 1º ciclo e Jardins-de-infância que pela sua actividade acabam por dinamizar actividades de cultura e desporto, para além de terem de responder às falhas do sistema educativa e organizam refeições, transportes e supletivamente material didáctico...

Para além das organizações distritais do futebol, natação, andebol, Xadrez, de Associações de Pais, temos um único concelho com uma organização das associações: NUCCA - Nova União das Colectividades do Concelho de Alcobaça, com 39 associadas e com ligação à Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Desporto e Recreio.

A disparidade de práticas das autarquias perante o movimento associativo é muito diferenciada e os critérios de colaboração e apoio na promoção da cultura e do desporto obedece muitas vezes a critérios de natureza duvidosa

A maior parte das organizações resiste graças a iniciativas de angariação de fundos. Um número reduzido tem escrita e contabilidade organizada.

Com a degradação crescente da democracia em todas as suas vertentes, o movimento associativo popular aumenta a sua importância no exercício da democracia participativa, na promoção da participação popular no desporto e na cultura e na defesa do regime democrático consagrado na constituição.

Apesar de haver muitos comunistas que integram direcções de colectividades e de outras formas de movimento associativo a verdade é que o Partido no distrito não tem dado a atenção devida a esta importante frente de trabalho.

### **Reconhecendo a importância desta frente e os atrasos partidários a VII Assembleia da Organização define como medidas:**

- Constituir um grupo de trabalho do Partido com o objectivo imediato de: fazer o levantamento actualizado da realidade multifacetada do movimento associativo e popular no distrito bem como dos membros do partido que participam nas suas direcções;

- Articular a acção deste grupo de trabalho com as Comissões Concelhias do Partido;

- Fazer o levantamento das datas das eleições das associações colectividades e outros movimentos;

- Promover em cada concelhia o envolvimento de camaradas, preparando-os e fazendo com que eles participem activamente da vida associativa e assumam lugares nas direcções das colectividades;

- Preparar trabalho para fazer uma reunião distrital até final de 2007 de membros do PCP e de amigos que façam parte de órgãos sociais de colectividades e outras expressões do movimento popular associativo;

- Apoiar as lutas do movimento associativo designadamente junto do poder central que tenham como objectivo elevar a qualidade de vida das populações no plano cultural, recreativo e desportivo.

## **6. O Partido**

As condições em que trabalhamos, organizamos, agimos e lutámos e lutamos, sofreram desde a última Assembleia profundas alterações decorrentes das mutações ocorridas na base económica e na correlação de forças.

Com o desenvolvimento da política de direita agravou-se a situação económica e social dos trabalhadores e das populações. Encerraram fábricas e empresas; aumentou o desemprego e o trabalho precário; os salários degradaram-se; os direitos conquistados sofrem uma brutal ofensiva.

Com o governo PS/Sócrates desencadeou-se, a mais violenta ofensiva contra os serviços públicos e contra a concessão de Estado democrático saído da Revolução de Abril, procurando reconfigurá-lo aos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros através das alterações às funções do Estado afrontando assim a Constituição da República.

O Partido não é naturalmente imune à realidade objectiva, mas o Partido existe para a transformar.

Neste quadro, apesar de persistirem dificuldades e obstáculos ao desenvolvimento da organização do Partido e da sua intervenção própria (particularmente junto da classe operária e dos trabalhadores em geral), o Partido, ainda que de forma muito diferenciada de organização para organização, agiu para mobilizar os trabalhadores e as populações para a luta e reforçou a sua organização, verificando-se, desde a última Assembleia, avanços que importa valorizar e consolidar.

A realização, em 2004, do XVII Congresso, tendo constituído um importante momento na vida do colectivo partidário ao firmar a sua unidade e coesão em torno dos objectivos políticos transformadores, da sua natureza, identidade, ideologia e estrutura orgânica consagradas no programa e estatutos, criou melhores condições para o reforço da organização, da intervenção e da influência do Partido. Neste âmbito, a reunião do CC de 11 e 12 de Novembro do ano seguinte, concretizando as orientações do Congresso ao definir um conjunto de orientações e linhas de trabalho integradas, com vista à elevação do nível ideológico dos militantes, ao reforço da intervenção, da acção e da organização do Partido, permitiu que no distrito se dessem passos importantes confirmando que «Sim é possível um PCP mais forte».

### **6.1. Trabalho de direcção, quadros, estilo e métodos de trabalho**

O trabalho de direcção não é separável da realidade em que se insere, dos quadros, da estrutura, das condições e dos meios existentes.

Durante o período de 4 anos que nos separa da 6.<sup>a</sup> Assembleia da Organização Regional, o grau de exigências foi enorme, com a resposta a ressentir-se face às fragilidades do conjunto da estrutura em que assenta o trabalho de direcção no distrito.

Não se verificaram avanços na criação de novas comissões concelhias, nem de comissões de trabalho. Mas, tal como se verificou antes da 6.<sup>a</sup> Assembleia, as Comissões Concelhias são um importante elo da estrutura de direcção e, onde existem, têm desempenhado, em regra, um papel fundamental na acção política do Partido.

Podemos afirmar que, com a realização de um conjunto de Assembleias da Organização, designadamente na Marinha Grande, Bombarral, Leiria, Alcobaça, Porto Mós, Caldas da Rainha, onde se procedeu a uma significativa renovação e responsabilização de quadros; a criação da Comissão distrital para o trabalho do Partido nas empresas e locais de trabalho; o reforço da Comissão Sindical; a criação do sector vidreiro de empresas da Marinha Grande; as células da Hospiarte e C. M. do Bombarral e a perspectiva de formação de outras, criaram-se melhores condições para o aumento da estruturação do Partido, permitindo assim um mais eficaz trabalho de direcção.

Apesar de alguns avanços ainda que ténue na criação de comissões de freguesia, o trabalho de direcção, tal como se constatava na 6.<sup>a</sup> Assembleia, continua a ressentir-se de um grande vazio de organismos de direcção a nível de freguesia, de empresa ou sector profissional.

Continua a verificar-se uma situação em que, partindo desse vazio e anulando o papel dos organismos, se desenvolve uma certa tendência para que no quadro do trabalho de direcção colectiva (onde a responsabilidade individual é fundamental) uma parte substancial da concretização das decisões tomadas seja remetida para o funcionário do Partido.

Os militantes e os quadros em geral são o que de mais importante o Partido têm para a concretização dos seus objectivos políticos. No conjunto dos quadros destaca-se os funcionários do Partido, pela sua dedicação revolucionária a tempo inteiro.

Sendo certo que se mantêm insuficiências enormes no número de quadros disponíveis para o trabalho de organização, o trabalho colectivo e a concretização das decisões e orientações não pode ser substituída pela acção individual dos funcionários, antes tem que assentar cada vez mais no conjunto de quadros que compõe os organismos de direcção aos diversos níveis e nos militantes em geral.

Ao nível da estrutura de direcção central, a DORLEI que agora cessa funções, assumindo no essencial as funções que lhe estavam atribuídas, teve um funcionamento regular, com níveis de participação bastante irregular. Com efeito, um conjunto de camaradas deixou de participar nas reuniões e outros participam de forma irregular.

Ainda que com debilidades e insuficiências, a existência de um organismo com as características da DORLEI permitiu um conhecimento mais aprofundado da realidade social, económica e política da região e um maior acerto da linha e orientação política do Partido para o distrito.

Contudo importa ter em conta que nem sempre todos os seus membros se empenharam do mesmo modo na concretização das decisões colectivamente tomadas.

O Executivo da DORLEI, organismo composto por um conjunto de camaradas que assegura a ligação às organizações e a direcção política do distrito no intervalo das reuniões da Direcção Regional, teve um funcionamento nem sempre regular, não tendo cumprido os seus objectivos, verificou-se a

partir de um dado momento, tendência para o afrouxamento do seu funcionamento perante a alta concentração de tarefas e responsabilidades nos membros do secretariado.

A experiência revela que a não distribuição de tarefas concretas por todos os membros do organismo, a ausência do controlo de execução e consequente prestação de contas, a introdução do facilitismo no funcionamento, introduzem elementos nocivos ao trabalho de direcção colectivo.

O Secretariado da DORLEI, organismo restrito cujas competências consistem no acompanhamento e gestão dos quadros, das finanças, do património e das questões de organização, teve um funcionamento regular e colectivo e conseguiu dar resposta. Contudo a ausência de regularidade no funcionamento do executivo, a pressão perante a necessária resposta às tarefas decorrentes da situação política e social, conduziu a que, progressivamente, este organismo assumisse tarefas da competência do executivo.

## **6.2 Organização - Evolução do quadro partidário**

De acordo com o balanço da organização efectuado no final de 2006 a organização regional de Leiria conta com 1201 membros do partido com ficha actualizada e 1984 fichas por actualizar, tendo se esclarecido a situação de membros do partido, durante o período que mediou entre as duas Assembleias.

No que respeita à composição social dos membros do partido, constatamos que, apesar de se registar uma ligeira quebra, se mantém uma larga maioria de operários, 42,6%. Os operários e empregados somam um total de 65,8%. Verifica-se uma redução acentuada de agricultores situando-se hoje em 7,1% o que não está desligado da quebra desta actividade no distrito. Aumentou em 1% o número de micro, pequeno e médios empresários (MPME's), duplicando em número absoluto.

Mantém-se uma percentagem alta do número de reformados em 42,6% do total da organização, sendo que, destes, 58,8 % estão na organização da Marinha Grande. Apesar de se registar uma ligeira evolução positiva no escalão dos 21 aos 30 anos, a verdade é que 76,5% dos membros do partido no distrito tem entre 51 e mais de 64 anos. Com mais de 64 anos são 36,6%. Estes números confirmam a tendência para o envelhecimento da organização sendo este um dos problemas mais sérios que o partido tem no distrito.

A composição por género mantém – se no essencial 68,2% de homens e 31,8% de mulheres.

O número de membros do partido em organismos é de 25,3% do total de militantes. Esta realidade revela a necessidade de melhorar o trabalho de enquadramento orgânico, ou seja de espaços regulares de debate e participação política, aumentando substancialmente as organizações de base a funcionar que actualmente são apenas cinco organizações de base a funcionar.

## **6.3 A situação financeira**

Apesar de evoluções positivas continua verificar-se um grande défice, o qual foi coberto pela caixa central do partido em 2005. Apontando-se para a sua redução em 2006.

Importa referir que, tendo havido alteração de critérios na qualificação de receitas não é possível comparar todas as rubricas com 2006.

Nas receitas entre 2004 e 2005 verifica-se que: no ano de 2004 houve uma maior capacidade de iniciativa das organizações, sendo que, do total de receitas nesta rubrica nos dois anos em análise 2005 foi mais forte 57,6% do total ainda que muito concentrado em duas organizações.

A festa do Avante deu um forte contributo para o total das receitas nos anos em apreciação. No plano das contribuições de militantes e amigos há um crescimento geral sendo que se continua a verificar ausência de trabalho nesta rubrica em muitos concelhos. Na rubrica campanhas de fundos (fora de actos eleitorais) o traço mais marcante é a fraca resposta da organização globalmente considerada. As contribuições de eleitos são um importante meio de financiamento das receitas.

A recolha de quotização, teve neste período oscilações sendo que do total recolhido nestes três últimos anos, 2004 constituiu 31%, 2005: 27% e 2006: 40,8% do total das receitas em cada ano. Como se pode verificar no ano que agora findou houve um avanço significativo. Contudo esta rubrica continua a ser a que menos contribui para as receitas próprias do Partido. Houve um ligeiro aumento do número de camaradas que pagaram pelo menos uma quota de 2005 ou 2006. Apenas 714 o fizeram ou seja 59,5%. O valor médio da quota dos camaradas que pagam é €2,15. Na Marinha Grande é de €0,70 o que faz diminuir substancialmente o valor médio no conjunto do distrito.

Nas despesas houve, entre 2004 e 2006, uma redução efectiva dos encargos com funcionários resultante de reformas, deslocação para outras tarefas ou outras situações, (14% comparativamente com a última assembleia). Contudo, esta rubrica continua a constituir 52% do total das despesas. As despesas de transportes (aquisição de veiculo, movimentações, reparação de veículos e seguros) constituem hoje 23% da despesa (+7,5%) comparativamente com a última assembleia). Entre outros aspectos, tal facto está ligado ao aumento substancial do custo dos combustíveis e portagens durante este período.

Os gastos com Centros de Trabalho (aluguer e manutenção) representa hoje uma percentagem aproximada à verificada na VI Assembleia (6,2%). Quanto aos gastos com comunicações situa-se em cerca de 2,6% verificando-se uma redução. A rubrica de propaganda tem sido exígua.

#### **6.4 A imprensa do Partido – o «Avante!» e O Militante**

A luta de classes reflecte-se cada vez mais no confronto que se trava ao nível da luta das ideias. O domínio dos grandes meios de comunicação, por parte dos grupos económicos e financeiros e a submissão de alguns órgãos de comunicação social (regional ou local) a interesses mesquinhos e partidários, dão a esta expressão da luta de classes, uma dimensão da desigualdade de meios, com que a classe operária, os trabalhadores e a sua organização sindical de classe, a CGTP-IN, e o seu partido político, o PCP, travam esta batalha.

São muitos os «especialistas», os «teóricos», os «estudiosos» eleitos como grandes pensadores, conhecedores da vida e da lei, que todos os dias tentam fazer da opinião publicada a verdade, procurando configurar o pensamento e condicionar a atitude de quem trabalha e sofre com as políticas que desenvolve o grande patronato, detentor do poder económico e dominador do poder político.

Televisões, rádios, jornais afinam todos pelo mesmo diapasão, desenvolvendo o anticomunismo, omitindo a luta, deturpando a realidade, criando o ambiente da inevitabilidade.

É neste quadro que, marcando a diferença, a imprensa do Partido assume uma enorme importância na informação e na formação de quem todos os dias tem que travar o combate contra a política de direita, a fome, o desemprego, em defesa dos seus direitos e da melhoria dos seus salários, contra a guerra e pela paz e pela solidariedade entre os povos.

Quem não lê e não estuda o «Avante!» e O Militante fica mais pobre para este combate sem tréguas.

Em 2003, na Organização Regional de Leiria, no seguimento da campanha do Partido de aumento da venda do «Avante!», vendiam-se semanalmente 246 «Avante!» e 68 de cada edição de O Militante. Actualmente vendem-se respectivamente 220 e 52 exemplares de O Militante, o que significa um retrocesso.

### **6.5 A Festa do Avante!**

Expressando os valores e ideais do PCP é um momento muito importante da vida e da actividade partido.

Constituindo uma forte e saudável afirmação de confiança da Revolução de Abril a festa é o maior evento político e cultural de massas que se realiza no país.

Sendo um local e um momento de afirmação colectiva dos objectivos transformadores pelos quais lutam os comunistas portugueses a sua preparação e realização é uma escola de trabalho colectivo onde se reforça os laços de amizade e solidariedade de camaradas e amigos que dão corpo a esta importante iniciativa, dando também no plano financeiro um enorme contributo para a actividade do Partido.

A Organização Regional tem desenvolvido esta tarefa com empenho, responsabilidade e alegria, contribuindo para o sucesso geral da festa. É de valorizar o aumento de organizações do partido a participar quer na construção, quer durante o funcionamento.

No entanto encontramos ainda algumas dificuldades que necessitam de ser ultrapassadas exigindo-se um melhor acompanhamento.

### **6.6. Medidas para o reforço do Partido**

**Consolidar, Crescer, Avançar - «Sim! É possível um PCP mais forte!», Melhorar o trabalho de direcção, reforçar a organização, aprofundar a estruturação, elevar o nível político e ideológico dos militantes, melhorar as finanças do partido no distrito, ligar mais o partido às massas.**

O rejuvenescimento das fileiras do Partido; um maior e melhor enquadramento dos seus membros; a criação de organismos de base nas empresas e locais de trabalho e nas freguesias; a assunção do papel que cabe aos organismos dirigentes, de freguesia, de concelho, de empresa ou sector profissional, à DORLEI e aos seus organismos executivos; o desenvolvimento de um estilo de trabalho assente no debate fraterno, na decisão colectiva - o que não anula, antes pressupõe, a responsabilidade individual; no controlo de execução; numa profunda ligação à classe operária, aos trabalhadores e às

populações e aos seus problemas, são elementos decisivos para o reforço do Partido no distrito de Leiria.

**Assim, a VII Assembleia da Organização Regional de Leiria decide um conjunto de medidas e orientações, para o reforço do Partido e da sua ligação aos trabalhadores e às populações:**

1 - Manter uma estrutura de direcção central distrital (DORLEI) ampla, que junte experiências e conhecimentos diversos, com quadros ligados à vida e aos problemas dos trabalhadores e das populações, garantindo unidade e coesão política e ideológica e elegendo um Executivo com capacidade de direcção política, que assegure uma ligação às organizações concelhias, de empresa ou sector e principais frentes e áreas de trabalho e um Secretariado com tarefas específicas de acompanhamento e gestão dos quadros, finanças, património e organização, assumindo, nos intervalos das reuniões do Executivo, tarefas correntes da situação política, em articulação com os membros do executivo;

2 - Criar comissões distritais para o trabalho de Informação e Propaganda, fundos e iniciativas, constituir um gabinete de organização e formar uma comissão distrital de mulheres do PCP;

3 - Responsabilizar mais militantes por tarefas concretas, em particular jovens até aos 35 anos, tendo como primeira preocupação a ligação e enquadramento de e a outros militantes, fixando como objectivo, até final de 2007, que mais 20 camaradas assumam maior responsabilidade e destacar mais quadros para o trabalho do Partido nas empresas e locais de trabalho;

4 - Reforçar a acção e a organização junto da classe operária e dos trabalhadores, consolidando o funcionamento e acção das células de empresa ou sector já existentes e formar outras, designadamente: Sector de empresas metalúrgicas e químicas da M. Grande; Sector da Construção Civil e Cerâmica do Bombarral; Sector Cerâmico das Caldas da Rainha; Organismo Distrital dos professores, com dois núcleos, um para os concelhos a Norte e outro para os do Sul; Sector da Administração Pública do Concelho de Leiria; célula da segurança social do concelho de Leiria; estudar a formação de sectores de empresas nos concelhos ou zonas industriais juntando membros do partido de empresas onde temos 1 ou 2 militantes. Avançar com a formação de organismos sindicais nos sectores dos professores, cerâmicos, rodoviários, F. Pública e STAL;

5 - Enquadrar organicamente os membros do Partido com menos de 55 anos, bem como os novos recrutamentos de trabalhadores por conta de outrem nas empresas e locais de trabalho;

6 - Desenvolver uma linha continuada de recrutamento em geral e em particular o recrutamento dirigido a operários e trabalhadores, sobretudo jovens até aos 35 anos, fixando como meta 200 TPCO's até à próxima Assembleia. Distribuir a todos os camaradas recrutados o programa e os estatutos;

7 - Até final de 2007, fixar como objectivo a actualização 750 fichas de dados por actualizar;

8 - Até final de 2007, fixar como objectivo ter 100 camaradas organizados nas empresas ou locais de trabalho e progredir nos anos seguintes;

9 - Manter a saída regular do Boletim “O Trabalho”, dando cada vez mais conteúdo às questões concretas dos trabalhadores;

10 - Tomar posição sobre os problemas dos trabalhadores de sectores e camadas específicas, bem como da população em geral, e mobilizá-los para a luta;

11 - Desenvolver uma linha de trabalho permanente de contacto com os trabalhadores à porta de empresas prioritárias, no mínimo, uma vez por mês. E desenvolver esforços para a criação de organização nessas empresas e ou zonas industriais;

12 - Promover a venda e o estudo do «Avante!» junto dos trabalhadores e dos membros do Partido, estabelecendo uma meta anual na Comissão Distrital de Empresas e Locais de Trabalho, nos sectores e células, e alargar a sua venda nos concelhos, sendo que, durante o ano em curso, se aponta para mais 30 exemplares do «Avante!» e 20 de “O Militante”;

13 - Consolidar e melhorar o funcionamento das Comissões Concelhias e de Freguesia existentes e avançar, como linha de trabalho fundamental, com a criação de mais Comissões de Freguesia, principalmente em freguesias dos concelhos de Leiria, Caldas da Rainha, M. Grande, Bombarral e Peniche;

14 - Estudar formas de organização e enquadramento dos membros do partido nos concelhos do norte do distrito (Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos);

15 - Realizar Assembleias da Organização nos concelhos da Nazaré, Pombal, Óbidos e Peniche. Nas freguesias da Benedita e Pataias (Alcobaça), Moita e Vieira (M. Grande). Nos sectores vidreiros da M. Grande e Organização Distrital dos Professores;

16 - Desenvolver a promoção de cursos ou acções de formação ideológica dos membros do Partido de forma a envolver os quadros que constituem o núcleo activo e os novos membros do Partido;

17 - Aumentar as receitas para o Partido - condição essencial para a sua independência política e ideológica e a sua afirmação. Para isso, é fundamental uma maior e mais alargada compreensão da importância decisiva que os fundos têm para o Partido revolucionário da classe operária e de todos os trabalhadores. Uma efectiva e regular discussão e controlo de execução do orçamento aos diversos níveis; o alargamento do número de camaradas a recolher quotização e contribuições para o Partido. A prestação mensal de contas à caixa regional por parte de cada organização concelhia ou sectorial;

**Assim, decide-se:**

- Nas quotizações: fixar como objectivo, até final de 2007, ter cinquenta camaradas a recolher quotização; travar a batalha do aumento da quotização;

aumentar significativamente o valor global de quotização recolhida e do número de camaradas com quota paga;

- Nas contribuições: fazer em cada concelho e organismo de empresa o levantamento de amigos e camaradas que possam contribuir regularmente para o Partido e proceder a um mais rigoroso controlo das contribuições dos eleitos, partindo do princípio de que não devem ser, nem prejudicados nem beneficiados financeiramente pelo exercício desse cargo público;

Nas iniciativas: Promover mais iniciativas dos concelhos e empresas e da própria da DORLEI ( rifas, festas, convívios, almoços, jantares etc.) de forma a que esta rubrica tenha um crescimento significativo;

18 - Dinamizar a vida dos Centros de Trabalho do Partido, cuidar do seu aspecto, promover mais iniciativas de natureza cultural e política aproveitando as potencialidades que algumas das casas do partido oferecem e rentabilizar o património do Partido;

19 - Sobre a festa do Avante! aponta-se a necessidade de:

- Melhorar o funcionamento e trabalho de direcção da Comissão Regional;  
- Trabalhar para que seja a organização a assegurar toda a implantação do nosso espaço, tendo em conta que para além de envolver mais o Partido na Festa, constitui um importante encaixe financeiro;

- Continuar a trabalhar no sentido de envolver toda a organização nesta importante realização colectiva, não só no espaço de Leiria, mas também em outras tarefas na festa integrando novos camaradas;

- Dar mais atenção à questão da divulgação e propaganda da Festa, tendo em conta que os avanços verificados nos últimos anos permitiram a venda de mais EP's;

- Organizar a participação no comício na Festa fazendo sentir uma mais forte presença regional considerando que ele é o momento mais alto da iniciativa;

- Aumentar a nossa representação cultural e a divulgação de produtos do distrito, assim como dar mais atenção ao conteúdo político do nosso espaço;

-Discutir na organização a concepção do nosso espaço, de forma assegurar o cumprimento das normas e recomendações de higiene e saúde da festa do Avante!, Ter em conta as normas exigidas pela entidade da higiene e segurança;

Organizar e conceber o espaço de forma a permitir uma maior rentabilidade dos meios humanos e financeiros envolvidos.